



MANUAL DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL - IEGE

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL – IEGE	4
2.1. Dimensões.....	9
2.1.1. i-PLANEJ	9
2.1.2. i-FISCAL.....	18
2.1.3. i-EDUC.....	24
2.1.4. i-SAÚDE.....	33
2.1.5. i-SEGP	42
2.1.6. i-AMB	56
2.1.7. i-DES.....	63
3. CONCLUSÃO	70
GLOSSÁRIO DE TERMOS E CONCEITOS	71
1. i-PLANEJ	72
2. i-FISCAL	72
3. i-EDUC	73
4. i-SAÚDE	73
5. i-SEGP	75
6. i-AMB	76
7. i-DES	76

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG tem como missão exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade. Voltado para o aprimoramento das suas ações, busca um controle externo das contas públicas que vá além do controle formal dos gastos e que agregue a avaliação da qualidade e o impacto produzido na realidade existente, a fim de, deste modo, contribuir para o melhor emprego dos recursos públicos e para a satisfação dos anseios da sociedade.

No exame da Prestação das Contas Governamental de 2010, este Tribunal de Contas, atuando de forma convergente com o novo modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado, orientado para resultados, iniciou o desenvolvimento e a aplicação de nova proposta metodológica para a avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e materializada por meio dos programas constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Consolidando os objetivos definidos em seu Plano Estratégico 2015-2019 de “Alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo” e de “Contribuir para a transparência e aprimoramento da gestão pública”, o Tribunal deu prosseguimento à iniciativa de 2010 de “aprimorar e ampliar os indicadores da gestão pública estadual”. Em 2015, incorporou ao conjunto de suas atividades a apuração de indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, proposto a todos os TCs do Brasil pelo Instituto Rui Barbosa – IRB a fim de mensurar os serviços públicos e a efetividade de políticas públicas, além da qualidade dos gastos e dos investimentos realizados pelas administrações municipais.

A partir de 2016, o corpo técnico do Tribunal intensificou a realização de estudos para proposição de novo paradigma de controle da gestão estadual, com o objetivo de, inspirado no IEGM, elaborar o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – **IEGE**, cuja metodologia será também disponibilizada pelo IRB a todos os TCEs brasileiros.

Em 2017, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais – a cujos técnicos apresentamos agradecimentos pela valiosa contribuição –, o TCEMG desenvolveu o processo criativo dos 294 quesitos das 7 dimensões avaliadas pelo **IEGE**: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

O índice também inclui na avaliação aspectos convergentes às metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável estabelecidas no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Organização das Nações Unidas – ONU.

Neste contexto, merece destaque o Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, desenvolvido

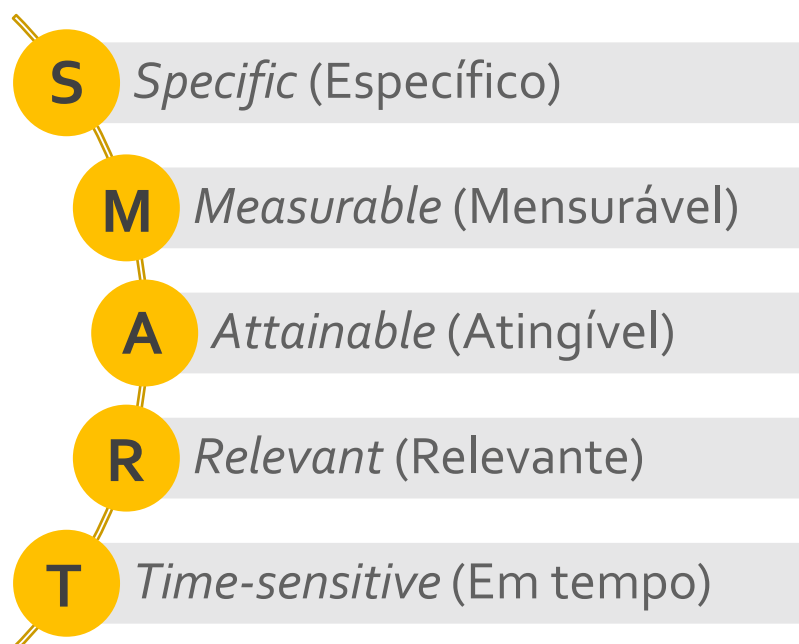
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

pelo próprio corpo técnico do Tribunal, o qual mede a frequência de ações de programas, por faixa de execução orçamentária, considerando a relação entre o planejamento inicial e execução físico-financeira, demonstrando a qualidade do planejamento realizado pelo Estado.

O objetivo do **IEGE** é avaliar a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social.

2. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL – IEGE

Segundo George T. Doran¹, o estabelecimento de objetivos e o desenvolvimento dos seus respectivos planos de ação consistem nas etapas fundamentais do gerenciamento de processos. Nesse sentido, a construção do IEGE Minas se baseou no conceito S.M.A.R.T. (*Specific, Measurable, Attainable, Relevant and Time Bound*) para a definição de objetivos desde as etapas de planejamento até a execução.



¹ Shahin, A.; Mahbod, M. (2006). Prioritization of key performance indicators: an integration of analytical hierarchy process and goal setting. *International Journal of Productivity and Performance Management*. 56 (3): 226-240.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

✓ S — Specific (Específico)

Os quesitos foram demarcados pela objetividade, a fim de não possibilitar dúvidas na interpretação da pergunta e da pontuação correspondente.

✓ M — Measurable (Mensurável)

Foram estabelecidos critérios para pontuação das respostas conforme a relevância de cada quesito para o controle externo e o aprimoramento da gestão pública.

✓ A — Attainable (Atingível)

As questões propostas seguiram uma razoabilidade mínima, considerando a ampla realidade dos Estados brasileiros, de modo que os resultados a serem alcançados não sejam irrealizáveis e distantes. Os critérios foram desenvolvidos em consenso entre os envolvidos, tal que a noção de atingível (A – attainable) também remeta à noção de “*Agreed Upon*”, isto é, realizado em comum acordo.

✓ R — Relevant (Relevante)

No momento de avaliação dos quesitos de cada uma das dimensões, verificou-se a relevância das questões em relação aos ideais e valores defendidos pelo Tribunal de Contas e pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

✓ T — Time-Sensitive (Demarcado no tempo)

Na definição dos quesitos é considerada sua evolução anual, tendo em vista a necessidade de adequação e implementação de ações para atingir os objetivos em tempo hábil.

O IEGE reflete as principais responsabilidades do Estado na repartição de competências dentro da Federação. A divisão de competências na república federativa se fundamenta no princípio da predominância do interesse². Assim, a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios repartem, entre si, as obrigações: à União cabe satisfazer os interesses gerais; aos Estados-Membros, os interesses regionais; aos Municípios, os interesses locais; e ao Distrito Federal, interesses regionais e locais.

As sete dimensões avaliadas pelo IEGE³ quanto à qualidade das políticas, ações e gastos públicos são assim denominadas:

- Planejamento: **i-PLANEJ**: Índice Estadual do Planejamento;

² Moraes, A. d. (2001). Direito Constitucional (10 ed.). São Paulo: Atlas.

³ O IEGE e o IEGM diferem em duas das suas dimensões exatamente pela especificidade da atuação do Estado. Enquanto o IEGE incorpora as dimensões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico, integram o IEGM as dimensões Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

- Gestão Fiscal: **i-FISCAL**: Índice Estadual da Gestão Fiscal;
- Educação: **i-EDUC**: Índice Estadual da Educação;
- Saúde: **i-SAÚDE**: Índice Estadual da Saúde;
- Segurança Pública: **i-SEGP**: Índice Estadual da Segurança Pública;
- Meio Ambiente: **i-AMB**: Índice Estadual do Meio Ambiente;
- Desenvolvimento Econômico: **i-DES**: Índice Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Na escolha das dimensões não se considerou, exclusivamente, a materialidade dos gastos públicos, tendo sido selecionadas, sobretudo, pela importância no contexto de uma gestão efetiva que busca a materialização dos direitos fundamentais.

O **IEGE** é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado;
- Dados estatísticos de instituições oficiais (IBGE, IPEA, etc.);
- Dados oriundos das Prestações de Contas Anuais do Governo do Estado;
- Dados provenientes dos sistemas do Governo do Estado;
- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF);
- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelo Governo Estadual;
- Informações obtidas a partir de sites oficiais como os das Secretarias de Estado e Poder Legislativo;
- Dados e informações obtidos a partir de ações de controle externo do Tribunal;
- Dados e informações de bases de entidades e organizações parceiras;
- Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) aplicado em algumas dimensões.

O **IEGE** é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Cada dimensão possui valor total de 100 pontos, distribuídos pelos diversos quesitos, pontuados escalonadamente.

A pontuação conferida a cada quesito varia entre 0 e 3, com exceção do questionamento sobre

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

o Índice de Avaliação do Planejamento (IAP), ao qual foram atribuídos 5 pontos. A distribuição dos pontos foi realizada de acordo com a relevância do questionamento no conjunto da dimensão, respeitando-se o total de 100 pontos por dimensão.

A atribuição da pontuação foi realizada pela equipe do TCEMG em parceria com o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que participou por meio das Secretarias responsáveis pelas temáticas relativas a cada uma das dimensões.

Também foram utilizados os parâmetros estabelecidos em documentos oficiais, a exemplo dos indicadores constantes no Processo de Pactuação Interfederativa para os anos de 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde.

No caso da Segurança Pública, os quesitos tiveram como parâmetros as políticas públicas implementadas pelo Estado de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, os questionamentos convergiram às metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, estabelecidas no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas – ONU.

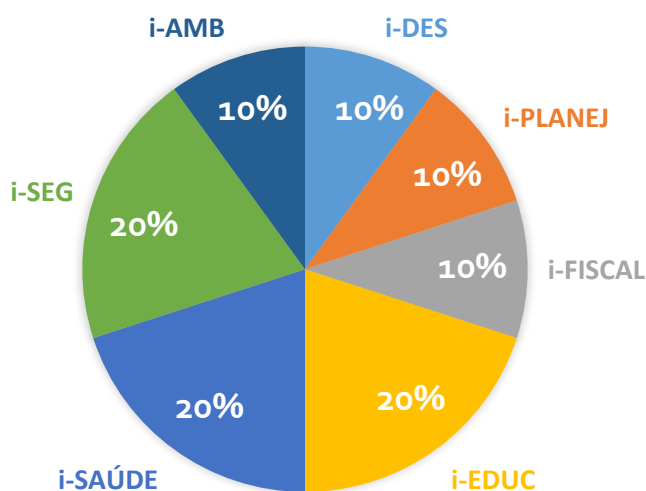
Aos quesitos informativos não foram atribuídos pontos, ressaltando que os dados e informações de cada dimensão alimentarão banco de dados com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor para melhoria da administração estadual.

Ressalta-se que, embora as respostas dadas pelo Governo do Estado nos questionários sejam declaratórias, as informações prestadas ao Tribunal serão validadas mediante auditorias, pesquisas em bancos de dados oficiais, prestações de contas e outras fontes.

Para o cálculo geral do IEGE, foram atribuídos pesos de 20% às dimensões i-EDUC, i-SAÚDE e i-SEGP; e 10% para o i-AMB, i-DES, i-PLANJ e i-FISCAL, considerando-se a relevância das mesmas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Atribuição de Pesos as Dimensões



Métrica de Cálculo do IEGE

$$IEGE = [(i - EDUC) * 20 + (i - SAÚDE) * 20 + (I - PLANEJ) * 10 + (i - FISCAL) * 10 + (i - AMB) * 10 + (i - SEGP) * 20 + (i - DES) * 10] / 100$$

$$\bar{x}_p = \frac{p_1x_1 + p_2x_2 + \dots + p_nx_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i * x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

Onde,

$$x_1 = i - EDUC \quad p_1 = 20$$

$$x_2 = i - SAÚDE \quad p_2 = 20$$

$$x_3 = i - PLANEJ \quad p_3 = 10$$

$$x_4 = i - FISCAL \quad p_4 = 10$$

$$x_5 = i - AMB \quad p_5 = 10$$

$$x_6 = i - SEGP \quad p_6 = 20$$

$$x_7 = i - DES \quad p_7 = 10$$

$$(p_1 + \dots + p_7) = 100$$

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) em função do resultado final do IEGE. As notas obedecerão aos seguintes critérios, sem exposição numérica de ranking:

Notas	Crítérios	Caracterização
A	IEGE $\geq$ 90 e ao menos 4(quatro) índices componentes com nota A, incluindo i-SAÚDE e i-EDUC	Altamente efetiva
B+	$75 \leq$ IEGE < 90	Muito efetiva
B	$60 \leq$ IEGE < 75	Efetiva
C+	$50 \leq$ IEGE < 60	Em fase de adequação
C	IEGE < 50	Baixo nível de adequação

Observação: quando não ocorrer a aplicação de 12% da receita vinculável na Saúde e de 25% na Educação, o Estado perde 5 pontos (no caso de um só índice) ou 10 pontos (no caso dos 2 índices) no total do IEGE, por descumprimento dos índices constitucionais.

2.1. Dimensões

Apresentam-se, a seguir, o objetivo, a metodologia aplicada, a temática e o memorial de cálculo referentes às sete dimensões do IEGE.

2.1.1. i-PLANEJ

Objetivo

O índice do Planejamento permite visualizar aspectos quantitativos e qualitativos dos instrumentos de planejamento do Estado, evidenciando como acontece o planejamento governamental e sua gestão, a conformidade dos atos com as normas pertinentes, a transparência, o nível de aderência em sua execução, resultados alcançados, além de aspectos institucionais e de governança, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os resultados.

Para isso, analisam-se os percentuais gerados a partir da comparação entre a execução orçamentária e o que foi estabelecido no planejamento do Ente. Por meio desse comparativo, é possível visualizar o grau de eficácia na execução do planejamento governamental, que refletirá, direta ou indiretamente, na qualidade de vida dos cidadãos.

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a coerência entre as entregas efetuadas e os recursos financeiros empregados, bem como os resultados da execução orçamentária por meio da evolução dos indicadores dos programas governamentais.

É também aferido o grau de alteração do planejamento inicial, mediante a comparação com os valores finais executados.

Outra apuração do i-PLANEJ refere-se ao grau de participação social na elaboração e execução dos instrumentos de planejamento governamental.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Metodologia Aplicada

O **i-PLANEJ** contempla a análise da evolução dos resultados dos indicadores de programas do PPA em relação às metas e aos anos anteriores, emprega o Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) aplicado pelo TCEMG para análise qualitativa do planejamento, além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle. Permite, ainda, confrontar o planejamento orçamentário inicial com os valores finais executados e promover o monitoramento e a avaliação da participação popular na construção e execução dos instrumentos de planejamento governamental, por meio dos registros contábeis específicos e do acesso aos sites dos Poderes Executivo e Legislativo.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão, relativos ao aparato institucional dedicado ao planejamento governamental, a sua elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e divulgação dos respectivos dados.

A temática foi desenvolvida em 40 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Planejamento e Orçamento;
- II. Plano Plurianual – PPA;
- III. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- IV. Lei Orçamentária Anual – LOA;
- V. Execução Orçamentária;
- VI. Participação Social;
- VII. Institucional.

Vale registrar a relevância no **i-PLANEJ** do quesito referente ao IAP, cujo objetivo é captar em que medida o Governo tem obtido êxito no planejamento orçamentário de programas e ações do PPA. O referido índice evidencia que a adequação do planejamento é garantida se houver regularidade no cumprimento satisfatório das metas pactuadas e equilíbrio na execução físico-financeira.

O cálculo do IAP demonstra em que medida o Estado obtém ou não êxito no planejamento orçamentário de ações e programas do PPA (Plano Plurianual). A eficácia do planejamento é garantida se houver regularidade no cumprimento satisfatório das metas e equilíbrio na execução físico-financeira. Com tal fim, o indicador é segmentado em (i) execução física, (ii) execução financeira e (iii) relação entre a execução física e a execução financeira. O IAP é obtido em três etapas:

- (1) Cálculo dos indicadores da execução física (EFIS_i) e financeira (EFIN_i), bem como o Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEO_i) de cada ação dos programas do PPA, conforme as equações:

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

$$EFIN_i = \frac{\text{Execução financeira}_i}{\text{Dotação financeira inicial}_i}$$

$$EFIS_i = \frac{\text{Execução física}_i}{\text{Meta física inicial}_i}$$

$$IEEO_i = \frac{EFIS_i}{EFIN_i}$$

Onde i corresponde a cada ação.

São considerados resultados satisfatórios, as ações cuja execução atinja entre 70% e 130% no $EFIN_i$ ou $EFIS_i$ ou que obtiveram entre 0,7 e 1,3 no $IEEO_i$.

- (2) Cálculo da razão entre a frequência das ações que obtiverem cumprimento satisfatório em cada um dos três segmentos. Estas são, em seguida, divididas pelo total de ações previstas pelos programas do PPA, excluindo as ações não orçamentárias (estas são aquelas que não possuem execução financeira ainda que tenham execução física);
- (3) Cálculo do IAP como resultado da média simples das razões obtidas no passo anterior. O IAP pode variar entre zero (todas ineficazes) e cem (todas as ações com eficácia), representando o grau de eficácia do planejamento conforme tabela a seguir:

TABELA
 Interpretação de Resultado do IAP

Intervalo do IAP	Grau de eficácia
$80 < IAP \leq 100$	Ótimo
$60 < IAP \leq 80$	Bom
$40 < IAP \leq 60$	Razoável
$20 < IAP \leq 40$	Baixo
$IAP \leq 20$	Crítico

O IAP pode ser empregado tanto para contabilizar a eficácia do planejamento como um todo, bem como para cada uma das funções de governo separadamente (educação, saúde, segurança pública e gestão ambiental, por exemplo). Neste caso, basta incluir no cálculo apenas os programas do PPA relativos às políticas públicas de cada uma das funções.

Para efeito do **IEGE**, esses resultados serão pontuados conforme demonstrado na tabela a seguir:

Resultado do IAP	Pontuação no IEGE
Ótimo	5
Bom	4
Razoável	3
Baixo	2
Crítico	1

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Exemplo: De 1.255 ações do PPA, 454 (36,18%) apresentaram execução financeira (EFIN) satisfatória, entre 70% e 130% do programado na LOA; 616 ações (49,08%) apresentaram execução física (EFIS) satisfatória, entre 70% e 130% do programado na LOA, e 378 ações (30,12%) apresentaram o IEEO satisfatório, entre 0,7 e 1,3. Logo, o IAP é dado por $(36,18+49,08+30,12)/3 = 38,46$. Nesse exemplo, o IAP se enquadraria no grau baixo com pontuação 02.

Memorial de Cálculo do i-PLANEJ

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	
Nome completo	informativa
Cargo / Função	
Masp	
CPF	
I. Planejamento e Orçamento	
1. O estado possui Plano Estratégico, de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	Sim para as perguntas 1e 1.1 - 03 Sim para a 1 - 02 Não - 00
1.1 Existe participação da sociedade no processo de elaboração deste Plano Estratégico?	
2. O Estado elabora diagnóstico e levantamento de problemas, necessidades, deficiências, antecedentes ao planejamento?	Sim para as perguntas 2. e 2.2 - 03 Não - 00 2.1 informativa
2.1 As dimensões do IEGE (Planejamento, Fiscal, Saúde, Educação, Meio-ambiente, Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública) são diagnosticadas?	
2.2 Os problemas e/ou demandas diagnosticados são contemplados nos instrumentos de planejamento e orçamento?	
3. O Estado disponibiliza ao Tribunal de Contas os instrumentos de planejamento e gestão (PPA, LDO e LOA) antes do envio ao Poder Legislativo?	Sim - 02 Não - 00
4. Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) foram remetidos ao Poder Legislativo nos prazos legais estabelecidos?	Sim - 02 Não - 00
5. O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) nos prazos constitucionais?	Informativa
6. Existe divulgação dos instrumentos de planejamento?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
6.1 Informe o meio de divulgação	Sim para as perguntas 6 e 6.2 - 03
6.2 O PPA é divulgado com os programas e seus indicadores; e os projetos e atividades com metas físicas e financeiras?	Sim apenas para a pergunta 6 - 02 Não - 00 6.1 informativa
Subtotal - I. Instrumentos de Planejamento e Orçamento	6 quesitos
II. PPA	
7. Qual percentual de programas do PPA com indicadores?	≥ 60% - 03
7.1 Todos os indicadores foram apurados?	≥ 40% e < 60 - 02 ≥ 20% e < 40 - 01 < 20% - 00 7.1 Informativa
8. Qual percentual dos indicadores de programas do PPA apurados que apresentou melhora em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	≥ 60% - 03 ≥ 40% e < 60 - 02 ≥ 20% e < 40 - 01 < 20% - 00
9. Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	Sim para a pergunta 9 e "programas" e "projetos" em 9.1 - 03 Sim para a "pergunta" 9 e "programas" em 9.1 - 02 Não - 00
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? Programas Previstos e Executados Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados Outros (especificar)	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
10. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento – IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA: a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. b) a razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,0. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3) * 100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
11. Há revisão anual do PPA para atualização e inclusão de novas demandas?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - II. PPA	5 quesitos
III. LDO	
12. A LDO estabelece as prioridades e metas do governo?	Sim - 03 Não - 00
13. A LDO prevê, ao final de cada bimestre, critérios para limitação de empenho e movimentação financeira quando a execução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal?	Sim - 03 Não - 00
14. A LDO prescreve condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim - 03 Não - 00
15. A LDO define critérios de contingenciamento?	Sim - 03 Não - 00
16. A LDO dispõe normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos?	Sim - 02 Não - 00
17. O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF?	Sim - 03 Não - 00
Obs: Art. 4º, § 1º e 2º, LRF.	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
18. O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO nos termos exigidos pela LRF, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas? Obs: Art.4º, § 3º, LRF.	Sim para as perguntas 18 e 18.1 - 03 Sim para a pergunta 18 - 02 Não - 00
18.1 O Anexo foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? Obs: Art. 50, §2º, LRF.	
Subtotal - III. LDO	7 quesitos
IV. LOA	
19. A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	Sim - 03 Não - 00
20. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	Sim - 03 Não - 00
21. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	> 20% - 01 > 10% ≤ 20% - 02 ≤ 10% - 03 Não há previsão - 00
22. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência são realizadas mediante prévia autorização legislativa?	Sim - 02 Não - 00
23. Qual percentual de emendas parlamentares incluídas no projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
Subtotal - IV. LOA	5 quesitos
V. Execução Orçamentária	
24. Qual o percentual, no ano avaliado, de alteração dos créditos orçamentários previstos na LOA? Obs: Alteração (%) = Créditos adicionais - Créditos anulados	> 40% - 0 > 20% ≤ 40% - 02 ≤ 20% - 03
25. Qual percentual de execução financeira das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
Subtotal - V. Execução Orçamentária	2 quesitos
VI. Participação Social	
26. Para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), é garantida a participação social por meio de audiências públicas?	Sim - 03 Não - 00
27. Há margem no orçamento destinada aos programas e/ou ações de projetos originários de participação popular?	Sim para pergunta 27 e 27.2 ≥ 70% - 02 Sim para pergunta 27 e 27.2 < 70% - 01

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
27.1	Informe o percentual da margem de participação popular no orçamento do ano avaliado: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Não - 00 27.1 informativa
27.2	Informe o percentual da execução financeira relativa aos programas e/ou projetos de participação popular no orçamento do ano avaliado:	
28.	Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? Presencial Internet Outros (especificar)	Presenciais e pela internet - 02 Só uma das modalidades - 01 Outros - informativa
29.	Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? Internet Diário Oficial Jornal de grande circulação Outros (especificar)	Mais de uma forma de divulgação - 02 Uma forma de divulgação - 01 Outros - informativa
30.	As audiências públicas são realizadas de forma regionalizada?	Sim - 02 Não - 00
31.	Informe o número de audiências públicas realizadas no ano avaliado: a) audiências públicas de planejamento b) audiências públicas de monitoramento	Audiências de planejamento ≥ 5 - 02 Audiências de planejamento ≥ 1 e < 5 - 01 Audiências de planejamento < 1 - 00 b) informativa
32.	Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade?	32 Sim - 02 Não - 00 32.1 informativa
32.1	Especificar	
Subtotal - VI. Participação Social		7 quesitos
VII. Institucional		
33.	No Estado, existe órgão responsável pelo controle interno criado por lei?	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para pergunta 33 e sim de 2 a 3 perguntas de 33.1 a 33.4 - 02
33.1	O controle interno é independente e tem acesso a todas as informações da administração?	Sim para pergunta 33 e sim para apenas 1 pergunta de 33.1 a 33.4 - 01 Não - 00
33.2	As atribuições do controle interno são formalmente definidas?	
33.3	O controle interno monitora os indicadores (metas) e avalia os resultados quanto à eficácia e eficiência e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
33.4	O controle interno apoia o controle externo na sua missão institucional e dá ciência ao TCE quando toma conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade?	
34.	Em cada órgão e entidade de governo existe setor estruturado para efetuar e monitorar a execução do seu planejamento?	Sim - 03 Não - 00
35.	Existe carreira específica para servidores com habilidade técnica de planejamento gestão e orçamento?	Sim para a pergunta 35 - 02 Não para a pergunta 35 e sim para 35.1 - 01
35.1.	Não havendo carreira específica, os servidores responsáveis ou que cuidam dessas atividades têm dedicação exclusiva à matéria?	Não para as duas perguntas - 00
36.	Há capacitação específica para os servidores responsáveis pelo planejamento?	Sim e ≥ 40 horas - 03 Sim e ≥ 20 e < 40 horas - 02 Sim e < 20 horas - 01 Não - 00
36.1	Qual a carga horária anual da capacitação?	36.1 informativa
37.	O Estado adota manual/tutorial para o planejamento e sua execução, objetivando a gestão do conhecimento? Obs: Manual/tutorial físico e/ou virtual.	Sim - 02 Não - 00
38.	Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento?	Sim para as perguntas 38 e 38.1 - 02 Sim para a pergunta 38 - 01 Não - 00
38.1	O sistema informatizado é multiusuário? Obs: Sistema que permite acesso simultâneo por múltiplos usuários.	
39.	Na estrutura administrativa central do Estado, há órgão voltado para consolidação, monitoramento e avaliação do planejamento e sua execução (PPA, LDO e LOA)?	Sim - 03 Não - 00
40.	Na estrutura administrativa do Estado, há unidade de Centro de Governo, responsável pela governança?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VII. Institucional		8 quesitos
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Planejamento
Quesitos: 40		i-PLANEJ: 10/100 = 0,10 (10%)
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-PLANEJ = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.2. i-FISCAL

Objetivo

O índice da Gestão Fiscal atesta a política fiscal estabelecida e a executada (direta ou indiretamente), facilitando ao usuário da informação compreensão adequada dos resultados das decisões tomadas pelos administradores públicos no que diz respeito à gestão fiscal.

Para isso, são analisados aspectos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, da receita e da despesa, com destaque para as medidas adotadas para a melhoria da arrecadação, o cumprimento de metas e dos limites constitucionais e legais estabelecidos, dentre os quais o nível de endividamento do Estado, os gastos com pessoal e a conformidade legal dos atos. Enfim, avalia se a gestão pública é conduzida de forma adequada e responsável, tendo em vista o equilíbrio fiscal e a melhor prestação de serviços públicos à população.

Metodologia Aplicada

O **i-FISCAL** é elaborado a partir de dados e informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, constantes dos sistemas informatizados do Estado, no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão fiscal, relativos a receitas e despesas, para entendimento dos processos de gestão realizados.

A temática foi desenvolvida em 40 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Metas Fiscais;
- II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;
- III. Resultado Fiscal;
- IV. Execução da Receita;
- V. Execução da Despesa;
- VI. Execução de Investimentos;
- VII. Despesa com Pessoal e Terceiros;
- VIII. Previdência;
- IX. Dívida Ativa;
- X. Dívida Pública;
- XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante);
- XII. Operações de Crédito;
- XIII. Precatórios;
- XIV. Alienação de Bens e Direitos.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Memorial de Cálculo do i-FISCAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	
Nome completo	informativa
Cargo / Função	
Masp	
CPF	
I. Metas Fiscais	
1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas? sim parcialmente não	1. Sim - 03 Parcial - 01 Não - 00 1.1 informativa
1.1 Descrever as metas que não foram alcançadas.	
Subtotal - I. Metas Fiscais	1 quesito
II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal	
2. O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta? Obs: Art. 165, § 3º, CR/88 e art. 52, LRF.	Sim - 03 Não - 00
3. Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal? Obs: Art. 54, LRF.	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal	2 quesitos
III. Resultado Fiscal	
4. O total das receitas primárias suplantou o total das despesas primárias no ano avaliado? Obs: Resultado Primário.	Sim - 03 Não - 00
5. Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - III. Resultado Fiscal	2 quesitos
IV. Execução da Receita	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a: combate à evasão e sonegação fiscal de receitas. evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa. não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação Obs: Art. 13, LRF.	Sim para três alternativas, exceto "não implementadas" – 03 Sim para duas alternativas, exceto "não implementadas" – 02 Sim para apenas uma alternativa, exceto "não implementadas" – 02 Não implementadas - 00
7. As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação? Obs: Art. 13, LRF.	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 03
7.1 O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim apenas para pergunta 7 - Não - 00
8. Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?	Sim e $\geq 70\%$ - 03
8.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?	Sim e $\geq 50\%$ < 70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00
9. Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?	Sim e $\geq 70\%$ - 03
9.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?	Sim e $\geq 50\%$ < 70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00
10. Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?	Sim e $\geq 70\%$ - 03
10.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?	Sim e $\geq 50\%$ < 70% - 02 Sim e < 50% - 01 Não - 00
11. Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de: a) renúncias consolidadas e novas Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%. b) benefícios heterônomos Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
12. Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:	Sim para todas as perguntas - 03
12.1 O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?	Sim para três a quatro perguntas - 02 Sim para uma a duas perguntas - 01 não - 00
12.2 Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos, por segmento econômico e por modalidade de renúncia?	
12.3 A Administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?	
12.4 Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?	
12.5 Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?	
Subtotal - IV. Execução da Receita	7 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
V. Execução da Despesa	
13. O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim - 03 Não - 00
14. O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? Obs: Art. 8º, LRF e arts. 47 a 50, Lei Federal 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00
15. O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais? Obs: Art. 9º, LRF.	Sim - 03 Não - 00
16. A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes? Obs: Art. 42 e 43, Lei 4.320/64.	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - V. Execução da Despesa	4 quesitos
VI. Execução de Investimentos	
17. A execução orçamentária dos investimentos do orçamento fiscal ocorreu de forma regionalizada? Obs: CE/ 89 e LDO.	Sim - 02 Não - 00
18. Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à receita corrente líquida no ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
Subtotal - VI. Execução de Investimentos	2 quesitos
VII. Despesa com Pessoal e Terceiros	
19. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?	≥ 49% - 00 > 46,4% e < 49% - 02 ≤ 46,4% - 03
20. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?	≥ 3% - 00 > 2,84% e < 3% - 02 ≤ 2,84% - 03
21. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?	≥ 6% - 00 > 5,60% e < 6% - 02 ≤ 5,60% - 03
22. Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?	≥ 2% - 00 > 1,89% e < 2% - 02 ≤ 1,89% - 03
23. Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	≥ 60% - 00 > 56,9% e < 60% - 02 ≤ 56,9% - 03
24. Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria b) mão de obra temporária c) mão de obra terceirizada Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Subtotal - VII Despesa com Pessoal e Terceiros	6 quesitos
VIII. Previdência	
25. Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?	Sim - 03 Não - 00
26. Existe equilíbrio atuarial do RPPS?	Sim - 02 Não - 00
27. O Estado criou e implementou Previdência Complementar?	Sim - 02 Não - 00
28. Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011 que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - VIII. Previdência	4 quesitos
IX. Dívida Ativa	
29. Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de: a) recebimento b) demais modalidades de extinção e exclusão Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
30. Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?	≥ 10% - 00 > 0 < 10% - 01 0% - 02
Subtotal - IX. Dívida Ativa	2 quesitos
X. Dívida Pública	
31. O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso II, Resolução 43/01, observando as exclusões fixadas no § 8º do mesmo artigo.	Sim - 03 Não - 00
32. O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF?	Sim para pergunta 32 e 32.1 - 03
32.1 A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva? Obs: Art. 26, Medida Provisória 2.192-70 de 24/08/01.	Sim apenas para pergunta 32 - 02 Não - 00
33. O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal? Obs: Arts. 3º e 4º, Resolução 40/01.	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - X. Dívida Pública	3 quesitos
XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)	
34. Informe o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado:	Sim, 100% - 03 Sim, ≥ 75% e ≤ 99% - 02 Sim, < 75% - 00
35. Os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
35.1 Informe o montante dos restos a pagar inscritos: Ex: R\$ 500.000,00.	35 Sim - 03 Não - 00 35.1 Informativa
Subtotal - XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)	2 quesitos
XII. Operações de Crédito	
36. As operações de crédito realizadas no ano avaliado foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado? Obs: Art. 12, § 2º, LRF; art. 167, inciso III, CF - Regra de Ouro.	Sim - 03 Não - 00
37. Os limites e as condições para a realização de operações de crédito, bem como o saldo global das B97garantias concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal? Obs: Art. 7º, inciso I, e art. 9º, caput, Resolução 43/01; art. 59, § 1º, inciso III, LRF.	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - XII. Operações de Crédito	2 quesitos
XIII. Precatórios	
38. Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado?	Sim - 02 Não - 00
39. Foi observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16? Obs: Art. 97, ADCT da CR/88	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - XIII. Precatórios	2 quesitos
XIV. Alienação de Bens e Direitos	
40. Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes, ressalvadas as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - XIV. Alienação de Bens e Direitos	1 quesito
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão FISCAL
Quesitos: 40	i-FISCAL: 10/100 = 0,10 (10%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
i-FISCAL= (Somatório da pontuação de cada quesito)/100	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.3. i-EDUC

Objetivo

O Índice de Educação enseja conhecer melhor a realidade do Estado por meio de indicadores que estabeleçam métricas sobre a qualidade das ações na gestão da Educação Pública; em sua esfera de responsabilidade, que impactem a prestação dos serviços e a vida das pessoas, a exemplo de: melhoria dos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Pisa; estímulo da atuação mais efetiva dos Conselhos de Educação; aparelhamento das escolas com laboratórios e bons equipamentos; promoção do acesso dos alunos ao ensino profissionalizante, à educação especial e à melhoria da qualidade da alimentação escolar, do transporte na zona rural e do corpo docente.

Metodologia Aplicada

Na construção do **i-EDUC**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Educação.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Educação.

A temática foi desenvolvida em 38 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Organização Escolar;
- II. Infraestrutura Escolar;
- III. Alimentação Escolar;
- IV. Transporte Escolar;
- V. Corpo Docente;
- VI. Políticas Educacionais;
- VII. Conselhos e Colegiados Escolares;
- VIII. Indicadores Educacionais;
- IX. Índice Constitucional/Legal;
- X. Governança.

Memorial de Cálculo do i-EDUC

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
Nome completo Cargo / Função Masp CPF		informativa
I. Organização Escolar		
1. Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EF: EM:	Informativa	
2. O Estado promoveu levantamento sobre a existência de acesso (vagas disponíveis) para toda população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual?	2 Sim - 03 Não - 00	2.1 informativa
2.1. Informe: a) Número de vagas: EF: EM: b) Percentual de vagas em relação à demanda: EF: EM: c) Número de matrículas: EF: EM: d) Percentual de matrículas em relação à demanda: EF: EM:		
3. Existem parâmetros para a enturmação dos estudantes?	Sim para as perguntas 3 e 3.3 - 03 Sim apenas para pergunta 3 - 02 Não - 00 3.1 e 3.2 informativas	
3.1 Informe os parâmetros para enturmação no ensino fundamental e os respectivos dados da enturmação efetiva:		
3.2 Informe os parâmetros para enturmação no ensino médio e os respectivos dados da enturmação efetiva:		
3.3 Os parâmetros estão sendo seguidos?		
Subtotal - I. Organização Escolar		3 quesitos
II. Infraestrutura Escolar		
4. Existem laboratórios de informática em funcionamento (utilizados pelos alunos) ou salas de aula com computadores nas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio?	Sim para pergunta 4 e 4.2 > 0% - 03 Sim para pergunta 4 e 4.2 = 0% - 02	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
4.1	Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EF: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	Não - 00 4.1 informativa
4.2	Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
5.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo: EF: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM
6.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa: EF: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM
7.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida: EF: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM
8.	Informe o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento: EF: EM: Ex: 0%, 10%, 50%, 100%.	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00 Média dos pontos percentuais do EF e EM
Subtotal - II. Infraestrutura Escolar		5 quesitos
III. Alimentação Escolar		
9.	O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar?	9 Sim - 03 Não - 00 9.1 informativa
9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
10.	Informe o percentual de compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar:	≥ 30% - 03 < 30% - 02

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
11. Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio da alimentação escolar em todas as instituições da rede estadual de ensino	11 Sim - 03 Não - 00 11.1 informativa
11.1 Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista ? EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - III. Alimentação Escolar	3 quesitos
IV. Transporte Escolar	
12. Informe o percentual de atendimento do serviço de transporte escolar em relação ao total de alunos residentes em zona rural:	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00
13. O Estado tem registro das rotas e/ou tempo seguidas pelos veículos do transporte escolar?	Sim, rota e tempo - 03 Sim, apenas rota ou tempo - 02 Não - 00
13.1 Informe a idade média da frota escolar:	13.1 informativa
Subtotal - IV. Transporte Escolar	2 quesitos
V. Corpo Docente	
14. O Estado possui Plano de Cargos e Salários para seus professores em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE?	Sim - 03 Não - 00
15. O Estado cumpre o piso salarial nacional (jornada de 40h/sem) para todos os professores?	Sim - 03 Não - 00
16. Qual a quantidade de professores efetivos e temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? Professores efetivos: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM: Professores temporários/designados: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM:	Informativa
16.1 Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
17. Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado ou Doutorado, dos ensinos fundamental e médio? Anos iniciais EF: Especialização: Mestrado: Doutorado: Anos finais EF: Especialização: Mestrado: Doutorado: EM: Especialização: Mestrado: Doutorado:	Informativa
17.1 Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado, Doutorado em relação ao total de professores: Anos iniciais EF: Especialização: Mestrado: Doutorado: Anos finais EF: Especialização: Mestrado: Doutorado: EM: Especialização: Mestrado: Doutorado: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? EF: EM:	18.1 Sim - 03 Não - 00 18 e 18.2 Informativas
18.1 O valor aplicado no ano avaliado foi maior em relação ao ano anterior?	
18.2 Informe o percentual aplicado em relação ao total dos recursos gastos em MDE. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
19. Qual o número de professores e de diretores capacitados da rede estadual? Professores: Diretores: Obs: Participação no ano avaliado de professores e diretores em cursos, palestras, seminários e congressos para atualização.	19.3 Sim - 03 Não - 00 19 e 19.1 e 19.2 Informativas

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
19.1	Informe o percentual de professores capacitados em relação ao total de professores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
19.2	Informe o percentual de diretores capacitados em relação ao total de diretores: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
19.3	Há Programa Estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da Educação?	
20.	Existem medidas a serem adotadas para substituição de profissionais em caso de ausência?	Sim - 03 Não - 00
20.1	Informe quais são estas medidas:	Informativa
Subtotal - V. Corpo Docente		7 quesitos
VI. Políticas Educacionais		
21.	O Estado elaborou Plano Estadual de Educação em conformidade com o Plano Nacional de Educação - PNE? Plano elaborado e implementado Plano elaborado e em implementação Plano não elaborado. Informar prazo para elaboração.	Elaborado e implementado - 03 Elaborado e em implementação - 01 Não elaborado - 00 21.1. informativa
21.1	Qual a vigência do Plano?	
22.	O Estado dispõe de política estruturada para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos com dificuldade de aprendizado?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 ≥ 80% - 03
22.1	Existem metas traçadas?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 ≥ 50 e < 80% - 02
22.2	Das metas traçadas, qual percentual alcançado?	Sim para perguntas 22 e 22.1 e 22.2 e < 50% - 01
22.3	Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política? EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Não - 00 22.3 informativa
23.	O Estado oferta educação integral?	23 Sim - 03 Não - 00
23.1	Quantas instituições da rede estadual de ensino oferecem educação integral? EF: EM:	23.1, 23.2 e 23.3 informativas
23.2	Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que oferecem a educação integral em relação ao total de escolas. EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
23.3	Informe o número de alunos atendidos pela educação integral: EF: EM:	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
24. O Estado oferta Educação Especial na perspectiva inclusiva?	24 Sim - 03 Não - 00
24.1 Quantas instituições possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover educação especial sob perspectiva inclusiva? EF: EM:	24.1, 24.2 e 24.3 informativas
24.2 Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação especial sob perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas. EF: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
24.3 Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva: EF: EM:	
25. O Estado oferta educação profissional?	25 Sim - 03 Não - 00
25.1 Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional? EJA: EM:	25.1, 25.2 e 25.3 informativas
25.2 Informe o percentual das instituições que ofertam educação profissional em relação ao total de escolas: EJA: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
25.3 Informe o número de alunos atendidos pela educação profissional: EJA: EM:	
26. O Estado monitora a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas estaduais? Obs: Ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VI. Políticas Educacionais	6 quesitos
VII - Conselhos e Colegiados Escolares	
27. Existe Conselho Estadual de Educação estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00
27.1 Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	
28. Existe Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
Valorização dos Profissionais (ConsFUNDEB) estruturado e atuante no Estado?		Sim e < 4 reuniões - 01 Não - 00
28.1 Quantas reuniões foram realizadas pelo ConsFUNDEB durante o ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.		
29. Existem colegiados escolares formais e atuantes nas escolas da rede estadual de ensino?		29 Sim - 02 Não - 00
29.1 Informe o percentual de escolas com colegiado escolar formal e atuante em relação ao total de escolas. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		29.1 informativa
Subtotal - VII. Conselhos e Colegiados Escolares		3 quesitos
VIII. Indicadores Educacionais		
30. Durante o ano letivo, houve interrupção por greve ou por outros motivos?		30 e 30.1 informativas
30.1 Quantos dias durou a interrupção?		
31. O Estado aplicou programas de avaliação de rendimento escolar nos níveis fundamental e médio da rede estadual de ensino?		Sim - 03 Parcialmente - 02 Não - 00
32. O Estado utilizou indicador de aprendizado para análise do desempenho nos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?		32 Sim - 03 Não - 00
32.1 Informe o resultado do IDEB da rede estadual de ensino: IDEB EF anos iniciais: IDEB EF anos finais: IDEB EM:		32.1 e 32.2 informativas
32.2 Informe outros indicadores de aprendizado utilizados pelo Estado e seus respectivos resultados: Indicadores EF anos iniciais; EF anos finais: EM: Resultados EF anos iniciais; EF anos finais: EM:		
33. O Estado monitora a taxa de abandono dos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino?		Sim para perguntas 33 e 33.1 e 33.2 ≥ 80% - 03 Sim para perguntas 33 e 33.1 e 33.2 ≥ 50 e < 80% - 02
33.1 Existem metas traçadas para redução da taxa de abandono?		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
33.2	Qual percentual alcançado das metas traçadas?	Sim para perguntas 33 e 33.1 e 33.2 < 50% - 01 Não - 00
34.	Qual a taxa de aprovação e de abandono dos alunos da rede estadual? Taxa de aprovação: EF anos iniciais: EF anos finais: EM: Taxa de abandono: EF anos iniciais: EF anos finais: EM: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
35.	O Estado possui levantamento da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	Sim para perguntas 35 e 35.1 e 35.2 ≥ 80% - 03
35.1	Existem metas traçadas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	Sim para perguntas 35 e 35.1 e 35.2 ≥ 50 e < 80% - 02
35.2	Qual é o percentual alcançado das metas traçadas?	Sim para perguntas 35 e 35.1 e 35.2 < 50% - 01 Não - 00
Subtotal - VIII. Indicadores Educacionais		6 quesitos
IX - Índice Constitucional/Legal		
36.	Qual percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	≥ 25% - 3 pontos < 25% - 0 ponto
37.	Qual percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aplicado com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício?	≥ 60% - 3 pontos < 60% - 0 ponto
Subtotal - IX. Índices		2 quesitos
X - Governança		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
38. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da educação:	Calcular IAP: Somar $((A + B + C) / 3) * 100$
a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03
b) a razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,0. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	

Subtotal - X. Governança	1 quesito
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Educação
Quesitos: 38	i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
i-EDUC = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100	

2.1.4. i-SAÚDE

Objetivo

O índice de Saúde busca apresentar a realidade do Estado por meio de indicadores que estabeleçam métricas indicativas da gestão da Saúde Pública, em especial, na promoção e vigilância em saúde. O **i-SAÚDE** aborda quesitos acerca do melhor acesso aos serviços básicos de saúde, aprimoramento da política de assistência farmacêutica, redução da incidência de doenças crônicas, promoção da captação de órgãos para transplantes e sangue/hemoderivados para transfusão, incentivo à aderência às campanhas de saúde, e melhoria do planejamento das políticas de saúde, entre outras.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Metodologia Aplicada

Na elaboração do **i-SAÚDE**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Saúde.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Saúde.

A temática foi desenvolvida em 50 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Promoção e Vigilância em Saúde;
- II. Saúde Materna e Infantil;
- III. Atenção Primária;
- IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- V. Média e Alta Complexidade;
- VI. Urgência e Emergência;
- VII. Assistência Farmacêutica;
- VIII. Transplante de Órgãos;
- IX. Banco de Sangue e Células-Tronco;
- X. Controle Social;
- XI. Conselho Estadual de Saúde;
- XII. Índice Constitucional;
- XIII. Gestão/Governança.

Memorial de Cálculo do i-SAÚDE

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	
Nome completo	informativa
Cargo / Função	
Masp	
CPF	
I. Promoção e Vigilância em Saúde	
1. O Estado dispõe de política de promoção da saúde para nortear as ações a serem executadas pelos municípios?	Sim – 02 Não – 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
2. O Estado realizou campanha anual de prevenção ou incentivo no ano avaliado? Ex.: Aleitamento materno, combate ao tabagismo, hipertensão, diabetes, combate ao uso de drogas e álcool e outros. A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	≥ 5 campanhas - 02 < 5 campanhas - 01
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para crianças menores de 2 anos de idade: a) Pentavalente (3ª dose): b) Pneumocócica 10-Valente (2ª dose): c) Poliomielite (3ª dose): d) Tríplice Viral (1ª dose): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 95% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 95% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00 Média dos pontos percentuais nas alternativas a), b), c), e d).
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adolescentes: a) HPV (meninas: 9 a 14 anos): b) HPV (meninos: 11 a 14 anos): c) Meningo C (12 a 13 anos reforço): Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	≥ 80% e ≤ 100% - 03 ≥ 60% e < 80% - 02 ≥ 40% e < 60% - 01 < 40% - 00 Média dos percentuais nas alternativas a), b) e c).
5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, para adultos: a) Hepatite B (3ª dose): b) Tríplice Viral (2ª dose): c) Dupla Adulto: Obs: Vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação. Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	≥ 95% e ≤ 100% ≥ 70% e < 95% ≥ 50% e < 70% < 50% Informativa
6. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada do imunobiológico Influenza no ano avaliado para a população acima de 60 anos: Obs: Proporção recomendada no Calendário Nacional de Vacinação.	≥ 90% e ≤ 100% - 03 ≥ 70% e < 90% - 02 ≥ 50% e < 70% - 01 < 50% - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
7. Informe o quantitativo, no Estado, de casos notificados, confirmados e de óbitos por dengue, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: a) casos notificados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 7. b) informativa
8. Informe o quantitativo, no Estado, de casos notificados, confirmados e de óbitos por chikungunya, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: a) casos notificados: Quantitativo:: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantitativo:: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantitativo:: Redução (%): Evolução (%): Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 8. b) informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
9. Informe o quantitativo, no Estado, de casos notificados, confirmados e de óbitos por zika, bem como a proporção de redução ou evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado: a) casos notificados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantitativo: Redução (%): Evolução (%): Obs: Preencher Redução (%) ou evolução (%). Nos campos sem preenchimento, colocar 9999.	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 03 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% - 01 sem redução - 00 g. b) informativa
10. Qual o coeficiente de incidência de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0
11. Qual o coeficiente de mortalidade de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0
12. Qual o percentual de cura dos casos novos de tuberculose no Estado? Obs.: Incluir todas as formas de tuberculose.	≥ 85% - 2 < 85% - 0
13. Qual a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coorte? Obs: Coortes: 2014 para Multibacilar e 2015 para Paucibacilar.	≥ 88% - 2 < 88% - 0
14. Qual o número de casos autóctones de malária?	14 informativa
14.1 Houve redução do número de casos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	14.1 Sim - 02 Não - 00
15. Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?	15 informativa
15.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	15.1 Sim - 02 Não - 00
16. Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?	16 informativa
16.1 Houve redução do número de casos novos em relação ao ano anterior?	16.1 Sim - 02 Não - 00
17. Qual a taxa de mortalidade prematura na faixa etária de 30 a 69 anos no ano avaliado?	Sim para pergunta 17.1 e 17.2 ≥ 2% - 02 Sim para pergunta 17.1 e 17.2 < 2% - 01
17.1 Houve redução da taxa em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
17.2	Informe o percentual de redução	Não - 00 17 informativa
18.	Qual a proporção de registro de óbitos por causa básica definida no ano avaliado em relação ao total de óbitos não fetais?	$\geq 95\%$ - 02 < 95 - 00
19.	Qual a proporção de exames citopatológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	19 informativa 19.1 Sim - 02 Não - 00
19.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
20.	Qual a proporção de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	20 informativa 20.1 Sim - 02 Não - 00
20.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao ano anterior ao ano avaliado?	
Subtotal - I. Promoção e Vigilância em Saúde		20 quesitos
II. Saúde Materna e Infantil		
21.	Qual a taxa de mortalidade infantil da faixa etária de 0 a menor de 1 ano? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	21 informativa 21.1 Sim - 02 Não - 00
21.1	Houve redução da taxa de mortalidade em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
22.	Houve redução, no Estado, no número de óbitos maternos em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	22 Sim - 02 Não - 00
22.1	Informe o número de casos no ano avaliado:	22.1 informativa 22.2 informativa
22.2	Qual a proporção no Estado de mortalidade materna entre o último exercício e o ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
23.	Qual a proporção de parto normal nas unidades da rede estadual de saúde?	$\leq 70\%$ - 02 $> 70\%$ - 00
24.	Qual a proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
Subtotal - II. Saúde Materna e Infantil		4 quesitos
III. Atenção Primária		
25.	O Estado dispõe de política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Sim - 2 Não - 0

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Subtotal - III. Atenção Primária	1 quesito
IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
26. Qual o número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26 informativa
26.1 Houve ampliação no número de leitos credenciados pelo SUS no ano avaliado?	26.1 Sim - 03 Não - 00
26.2 Qual a proporção da ampliação em relação ao exercício anterior? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	26.2 informativa
27. O Estado dispõe de gestão de estoque dos insumos para operacionalização de unidades da rede própria estadual de assistência em saúde? Obs: Controle de estoque mínimo, variação de estoque dos produtos, tais como luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas.	Sim - 1 Não - 0
28. O atendimento das unidades da rede própria estadual de assistência em saúde já foi interrompido? Obs: No mínimo 1 dia de fechamento da unidade.	28 Sim - 00 Não - 01 28.1 informativa
28.1 O atendimento foi interrompido por falta de: pessoal insumos recursos financeiros	
29. O Estado dispõe de gestão de descarte dos resíduos hospitalares?	Sim - 2 Não - 0
Subtotal - IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar	4 quesitos
V. Média e Alta Complexidade	
30. Qual percentual de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamentos para a atenção básica? Obs1: CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Obs2: Matriciamento: suporte realizado por profissionais de diversas áreas especializadas dado a uma equipe interdisciplinar com o intuito de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações.	100% - 03 ≥ 70% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 70% - 01 < 40% - 0
Subtotal - V. Média e Alta Complexidade	1 quesito
VI. Urgência e Emergência	
31. Qual percentual da cobertura do SAMU ou outro serviço similar de atendimento de urgência sob a responsabilidade do Estado?	100% - 03 ≥ 80% e < 100% - 02 ≥ 40% e < 80% - 01 < 40% - 00
Subtotal - VI. Urgência e Emergência	1 quesito
VII. Assistência Farmacêutica	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
32. Qual o tempo médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados?	≤ 40 dias - 03 > 40 e ≤ 80 dias - 02 > 80 e ≤ 120 dias - 01 > 120 dias - 0
Subtotal - VII. Assistência Farmacêutica	1 quesito
VIII. Transplante de Órgãos	
33. O Estado dispõe de política estruturada de transplante de órgãos?	Sim - 02 Não - 00
34. Qual o número de doações de múltiplos órgãos no ano avaliado?	34.1 Sim - 02
34.1 Houve aumento das doações em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00
34.2 Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	34, 34.1 e 34.3 informativas
34.3 Qual percentual de concretização de doação de múltiplos órgãos pós-notificação? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
35. Qual o número de transplantes de córneas realizadas no ano avaliado?	35.1 Sim - 02
35.1 Houve aumento de transplantes de córneas em relação ao exercício anterior?	Não - 00
35.2 Informe o percentual correspondente ao aumento: Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	35 e 35.1 informativa
36. Qual o índice de aproveitamento dos múltiplos órgãos doados para transplante? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
Subtotal - VIII. Transplante de Órgãos	4 quesitos
IX. Banco de Sangue e Células-tronco	
37. O Estado possui banco de sangue público?	Sim - 02 Não - 00
37.1 O estoque de sangue no banco é suficiente para suprir a demanda necessária?	37.1 informativa
38. O Estado promove campanhas para incentivar a doação de sangue?	38.1 Sim - 03
38.1 Houve aumento das doações em relação ao ano anterior?	Não - 00
	38. informativa
39. Qual o percentual de transfusões SUS, realizadas por hemocentro estadual, em relação ao total de transfusões SUS realizadas no Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
40. O Estado dispõe de banco público de células-tronco de sangue de cordão umbilical?	Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Subtotal - IX. Banco de Sangue e Células-tronco	4 quesitos
X. Controle Social	
41. O Estado possui Ouvidoria de Saúde em funcionamento?	Sim - 2 Não - 0
42. Qual o tempo médio de resposta da Ouvidoria de Saúde do Estado?	≥ 10 dias - 0 < 10 dias - 2
Subtotal - X. Controle Social	2 quesitos
XI. Conselho Estadual de Saúde	
43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde no ano avaliado? Obs: Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho.	≥ 6 reuniões - 02 < 6 reuniões - 00
44. Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS foram enviados no prazo legal ao Conselho Estadual de Saúde? Obs: Planos de Saúde e Relatório de Gestão.	Sim - 01 Não - 00
45. Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS do exercício anterior foram analisados pelo Conselho Estadual de Saúde? Obs.: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório de Gestão.	Informativa
Subtotal - XI. Conselho Estadual de Saúde	3 quesitos
XII. Índice Constitucional	
46. Qual percentual da receita vinculada aplicado em ações e serviços públicos de saúde a que se refere a EC n. 29/00?	≥ 12% - 3 pontos < 12% - 0 ponto
47. Na apuração do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde, determinado pela EC 29/00, estão sendo observadas as disposições contidas na LC 141/12?	Sim - 3 Não - 0
Subtotal - XII. Índice Constitucional	2 quesitos
XIII. Gestão/Governança	
48. O Estado disponibiliza, em local acessível ao público nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde, escala atualizada de serviço incluindo nome e horário de entrada e saída dos profissionais de saúde?	Sim - 02 Não - 00
49. Existe controle de tempo de atendimento aos pacientes, horário de entrada x horário de início do atendimento médico, nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde?	Sim - 01 Não - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
50. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da saúde:	Calcular IAP: Somar $((A + B + C) / 3) * 100$
a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03
b) a razão entre o número de ações cujo EFIni esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,0. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFIni = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFIni onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	

Subtotal - XIII. Governança	3 quesitos
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde
Quesitos: 50	i-SAÚDE: $20/100 = 0,20$ (20%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
i-SAÚDE = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100	

2.1.5. i-SEGP

Objetivo

O índice de Segurança Pública, por meio de indicadores que estabelecem métricas definidas, permite o conhecimento mais amplo da qualidade das ações do Estado na gestão da Segurança Pública, ações essas voltadas à prestação dos serviços e à preservação da vida das pessoas, a exemplos da prevenção social da criminalidade e da política pública de acompanhamento de jovens infratores.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Metodologia Aplicada

Na construção do **i-SEGP**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Segurança Pública.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Segurança Pública.

A temática foi desenvolvida em 37 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Políticas de Segurança Pública;
- II. Sistema Prisional;
- III. Sistema Socioeducativo;
- IV. Sistema de Informação de Segurança Pública;
- V. Controle Social;
- VI. Guarda Municipal;
- VII. Defesa Civil;
- VIII. Institucional;
- IX. Governança.

Memorial de Cálculo do i-SEGP

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	
Nome completo	informativa
Cargo / Função	
Masp	
CPF	
I. Políticas de Segurança Pública	
1. O Estado possui uma política pública específica para a prevenção social à criminalidade?	Sim para as perguntas 1, 1.1 e 1.3 - 03 Sim, para a pergunta 1 e para 1.1 ou 1.3 - 02 Sim, somente para a a pergunta 1 - 01 Não - 00
1.1 Existe avaliação da eficácia da política?	1.2 Informativa
1.2 Quem é a população-alvo?	
1.3 A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?	
2. O Estado possui política pública específica voltada ao acompanhamento de medidas socioeducativas a adolescentes infratores?	Sim, para as perguntas 2, 2.1 e 2.3 - 03 Sim, para a pergunta 2 e para 2.1 ou 2.3 - 02 Sim, somente para a a pergunta 2 - 01 Não - 00
2.1 Existe avaliação da eficácia desta política?	2.2 Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
2.2 Quem é a população-alvo?	
2.3 A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?	
3. O Estado possui uma política pública voltada para o combate ao tráfico de drogas?	Sim para perguntas 3 e 3.1 - 03 Sim apenas para pergunta 3 - 2 Não - 00
3.1 Existe avaliação da eficácia desta política?	
4. O Estado possui política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de: a) conscientização, informação e prevenção: b) acolhimento, tratamento, redução de riscos de usuários de drogas:	Sim para perguntas 4 a) e b) e 4.1 - 03 Sim para 4 a) e b) e não para 4.1 - 02 Sim para 4 a) ou b) e não para 4.1 - 01 Não - 00
4.1 Existe avaliação da eficácia desta política?	
5. O Estado possui política pública voltada à inclusão social de egressos do Sistema Prisional?	Sim para perguntas 5, 5.1 e 5.2 - 03 Sim para perguntas 5 e sim para 5.1 ou 5.2 - 02 Sim apenas para a pergunta 5 - 01 Não - 00 5.3 informativa
5.1 Existe avaliação da eficácia desta política?	
5.2 Existem ações de sensibilização dirigidas à sociedade visando a redução do preconceito e inclusão social?	
5.3 Cite as ações:	
Subtotal - I. Políticas de Segurança Pública	5 quesitos
II. Sistema Prisional	
6. O Estado possui registro do número da população prisional – presos condenados e provisórios – em seu território?	6 Sim - 02 Não - 00 6.1 Informativa
6.1 Qual o número total registrado em 31 de dezembro do ano avaliado: a) Presos Condenados: b) Presos Provisórios:	
7. O Estado possui registro do perfil da população prisional de condenados e provisórios?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
7.1 Informar a quantidade de presos por:	
a) sexo (masculino)	
Condenados:	
Provisórios:	
b) sexo (feminino)	
Condenados:	
Provisórios:	
c) faixa etária (18-24)	
Condenados:	
Provisórios:	
d) faixa etária (25-65)	
Condenados:	
Provisórios:	
e) faixa etária (acima de 65)	
Condenados:	
Provisórios:	
f) cor (branca)	7 Sim - 02
Condenados:	Não - 00
Provisórios:	7.1 informativa
g) cor (preta)	
Condenados:	
Provisórios:	
h) cor (parda)	
Condenados:	
Provisórios:	
i) grau de escolaridade (ensino fundamental)	
Condenados:	
Provisórios:	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
j) grau de escolaridade (ensino médio) Condenados: Provisórios: k) grau de escolaridade (ensino superior) Condenados: Provisórios: l) renda (até 2 salários mínimos) Condenados: Provisórios: m) renda (2 a 4 salários mínimos) Condenados: Provisórios: n) renda (4 a 10 salários mínimos) Condenados: Provisórios: o) renda (10 a 20 salários mínimos) Condenados: Provisórios: p) renda (acima de 20 salários mínimos) Condenados: Provisórios: q) tipicidade de crime (contra a pessoas) Condenados: Provisórios:	
r) tipicidade de crime (contra o patrimônio) Condenados: Provisórios: s) tipicidade de crime (contra a dignidade sexual) Condenados: Provisórios: t) tipicidade de crime (contra a administração pública) Condenados: Provisórios: u) outros tipos de crimes Condenados: Provisórios: Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.	
8. O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	Sim, para as perguntas 8, 8.2 e 8.5 - 03 Sim para duas das perguntas 8 e/ou 8.2 e/ou 8.5 - 02
8.1 Informe o número de unidades:	Sim, para uma das perguntas 8 ou 8.2 ou 8.5 -

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
8.2 O Estado possui registro do perfil de vagas ofertadas no sistema prisional?	01 8.1, 8.3, 8.4 informativas
8.3 Informe o registro em número de vagas por perfil (masculino feminino, interditadas e/ou ociosas) e tipo de regime penal: segurança máxima fechado semiaberto casa de albergado prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica tornozeleira eletrônica total Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.	
8.4 Informe a dispersão/distribuição de vagas no Estado. Obs: Número de vagas por território de desenvolvimento.	
8.5 O Estado avalia formal e periodicamente* a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária? Obs: *mínimo anualmente	
9. O Estado utiliza mecanismo de monitoramento de condenados em regime externo, por exemplo, tornozeleiras eletrônicas?	Sim - 2 Não - 0
10. O Estado possui registro de presos condenados e provisórios:	Sim para 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5 - 03 Sim para três a quatro opções - 02 Sim para uma a duas opções - 01 Não - 00
10.1 trabalhando?	
a) Informar o número de presos trabalhando: Total: Condenados: Provisórios:	a) informativas
10.2 frequentando o ensino formal? a) Informar o número de presos frequentando o ensino formal: Total: Condenados: Provisórios:	
10.3 recebendo formação e/ ou treinamento profissional?	
a) Informar o número de presos recebendo formação e/ ou treinamento profissional: Total: Condenados: Provisórios:	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
10.4 recendo assistência jurídica*? Obs: *mínimo anualmente a) Informar o número de presos recebendo assistência jurídica periódica: Total: Condenados: Provisórios:	
10.5 recebendo assistência médica e/ ou odontológica periódica*? Obs: * considerar apenas consultas de atenção básica à saúde. a) Informar o número de presos recebendo assistência médica e/ ou odontológica periódica: Total: Condenados: Provisórios: Obs: mínimo anualmente.	
11. O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive parcerias com a iniciativa privada e os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?	Sim para as duas perguntas 11 e 11.1 - 03 Sim para pergunta 11 - 02 Não - 00
11.1 Há divulgação dessa oportunidade à iniciativa privada e aos órgãos públicos?	
12. Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? a) na iniciativa privada b) nos órgãos públicos	≥ 30% - 03 < 30% - 02 0% - 00 Média dos pontos percentuais dos itens a) e b)
Subtotal - II. Sistema Prisional	7 quesitos
III. Sistema Socioeducativo	
13. O Estado possui registro do perfil da população adolescente que cumpre medida socioeducativa: sexo idade cor grau de escolaridade renda tipicidade do crime motivador da determinação de medida socioeducativa não possui registro	Pelo menos três itens (exceto "não possui registro") - 02 Entre um e dois itens (exceto "não possui registro") - 01 Nenhuma - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
14. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que estão: cumprindo a medida em estabelecimento apropriado cumprindo a medida fora do estabelecimento apropriado não cumprindo a medida por falta de vagas/ estabelecimento apropriado não possui registro	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00
15. O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que estão: cumprindo a medida adequadamente cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal não cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal não possui registro	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00
16. O Estado calcula a superlotação e/ou ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: masculinas femininas adequação do local de oferta com o local da demanda não possui registro	Sim para as três alternativas- 02 Sim para uma a duas alternativas - 01 Não possui registro - 00
Subtotal - III. Sistema Socioeducativo	4 quesitos
IV. Sistema de Informação de Segurança Pública	
17. O Estado possui sistema de videomonitoramento e/ou acessa o sistema dos municípios do seu território?	Sim para perguntas 17 e 17.1 - 03 Sim apenas para pergunta 17 - 02 Não - 00
17.1 O uso das imagens é integrado/compartilhado entre as forças policiais para prevenção, repressão, investigação, e também com o Poder Judiciário?	17.2 informativa
17.2 Qual percentual do território estadual está coberto pelo sistema de videomonitoramento? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	
18. O Estado possui sistema automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system)?	18 Sim - 03 Não - 00 18.1 e 18.2 informativas
18.1 Qual o percentual de cobertura da população cadastrada? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	
18.2 Qual o percentual de registros físicos digitalizados? Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
19. O Estado sistematiza suas informações de segurança?	Sim para perguntas 19, 19.1 e pelo menos três itens da pergunta 19.2 – 03
19.1 O Estado possui sistema integrado (informatizado ou não) de informações de segurança?	Sim para perguntas 19 e 19.1 e uma a dois itens da pergunta 19.2 - 02
19.2	Sim apenas para a pergunta 19 - 01 Não - 00
As informações de segurança são automatizadas / integradas com os sistemas de registro de: policiamento ostensivo e prevenção da ordem; policiamento jurídico e investigação; prevenção social; informações prisionais; informações do Judiciário; informações do Sistema Socioeducativo;	
Subtotal - IV. Sistema de Informação de Segurança Pública	
V. Controle Social	
20. O Estado possui sistema de Disque-Denúncia que garanta o anonimato?	Sim para perguntas 20 e 20.2 - 03 Sim apenas para pergunta 20 - 02 Não - 00
20.1 Informe o número de denúncias recebidas no ano avaliado:	20.1 informativa
20.2 O Estado tem registro do processo de classificação e sistematização das informações, de forma a promover maior aproveitamento da denúncia para esclarecimento de crimes e fenômenos de interesse da Segurança Pública?	
Subtotal - V. Controle Social	
1 quesito	
VI. Guarda Municipal	
21. O Estado possui registro do número de municípios com mais de 50.000 habitantes que possuem Guarda Municipal?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 03 Sim para pergunta 21 ou 21.2 - 02 Não - 00
21.1 Quantos municípios do Estado possuem a Guarda?	21.1 informativa
21.2 O governo do Estado possui ações de apoio, articulação, capacitações e avaliações das Guardas Municipais?	
Subtotal - VI. Guarda Municipal	
1 quesito	
VII. Defesa Civil	
22. O Estado possui Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec?	Sim para perguntas 22 e 22.1 - 03 Sim apenas para pergunta 22 - 02 Não - 00
22.1 Esta Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec é devidamente estruturada?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
23. O Estado utiliza registro eletrônico para cadastramento de ocorrências de Defesa Civil?	Sim para todas as perguntas - 03 Sim para pergunta 23 e pergunta 23.1 ou 23.2 - 02 Não - 0
23.1 Esse registro eletrônico está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)?	Sim apenas para pergunta 23 - 01
23.2 Esse registro eletrônico está integrado aos outros sistemas de registro de ocorrências das demais unidades de segurança (REDS/BO, etc)?	Não - 0
24. O Estado possui levantamento para identificação de riscos em municípios os quais demandam intervenções do Poder Público?	Sim para perguntas 24 e para as três primeiras alternativas da 24.1 - 03 Sim para perguntas 24 e uma a duas das três primeiras alternativas da 24.1 - 02
24.1 O levantamento identifica riscos de: Incêndio e Pânico em edificações: Riscos Geológicos (nos termos Lei 13.425/17): Riscos Hidrológicos (nos termos Lei 13.425/17): outros riscos de desastres naturais (meteorológicos, climatológicos, biológicos) ou tecnológicos (substâncias radioativas, produtos perigosos relacionados a obras civis e a transporte de passageiros, e cargas não perigosas). Especifique	Sim para pergunta 24 e apenas uma das três primeiras alternativas da 24.1 - 01 Não - 0 última alternativa da 24.1 informativa
25. O Estado possui registro do número de municípios que possuem Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência?	Sim para perguntas 25, 25.1, 25.2 e 25.3 - 03 Sim para pergunta 25 ou 25.1 - 02 Não - 00 25.4 e 25.5 informativas
25.1 O Estado possui registro do número de municípios que formalizaram o Plano de Contingência de Defesa Civil?	
25.2 O Estado avalia periodicamente os Planos Municipais de Contingência de Defesa Civil quanto ao alinhamento à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco Sendai?	
25.3 O Estado realiza simulações dos Planos de Contingência?	
25.4 Informe a periodicidade das simulações:	
25.5 Quantos municípios do território estadual possuem: a) Plano de Contingência: b) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência:	
Subtotal - VII. Defesa Civil	4 quesitos
VIII. Institucional	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
26. Informe o número de efetivos: a) Polícia Militar b) Corpo de Bombeiros c) Defesa Civil d) Polícia Civil e) Agentes penitenciários f) Agentes socioeducativos Obs: Caso não haja registro para um campo específico preencher com 9999.	Pelo menos 3 alternativas respondidas - 02 Nenhuma - 00
27. O Estado oferece cursos de capacitação periódicos aos agentes da Segurança Pública? 27.1 São alvo de capacitações: Polícia Militar Corpo de Bombeiros Defesa Civil Polícia Civil Agentes penitenciários Agentes sócioeducativos 27.2 O estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas? 27.3 Os cursos de capacitação promovem compartilhamento de estruturas, bases de dados e informações entre os diversos agentes, de forma que todos tenham visão completa do ciclo da Segurança Pública*? Obs: *prevenção, repressão, investigação, denúncia, condenação, cumprimento de pena, reintegração social.	Sim parapergunta 27 e sim para perguntas 27.2 e 27.3 - 03 Sim para pergunta 27 e 27.2 ou 27.3 - 02 Sim para pergunta 27 ou 27.2 ou 27.3 - 01 Não - 00 27.1 Informativa
28. O Estado possui Conselhos de Segurança Pública nos municípios? 28.1 Conselhos instalados com reuniões periódicas? 28.2 Informe a periodicidade 28.3 Conselhos instalados com atribuições consultivas ou deliberativas?	Sim para perguntas 28, 28.1 e 28.3 - 03 Sim para pergunta 28 e 28.1 ou 28.3 - 02 Sim apenas para pergunta 28 - 01 Não - 00 28.2 informativa
Subtotal - VIII. Institucional	3 quesitos
IX. Governança	
29. O Estado registra o número de crimes violentos ocorridos em seu território?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
29.1 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA A PESSOA: a) Homicídios: b) Estupros: c) Lesão Corporal Grave: d) Tortura:	29 Sim - 03 Não - 00 29.1 e 29.2 informativas
29.2 Informe o quantitativo apurado no ano avaliado CONTRA O PATRIMÔNIO: a) Roubo: b) Roubo à mão armada com arma de fogo: c) Roubo à mão armada com arma branca. d) Sequestro: e) Extorsão:	
30. Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a: a) violência doméstica: b) homofobia: c) racismo: d) intolerância religiosa: e) violência contra a população de rua: f) violência policial: g) violência contra crianças e adolescentes:	Pelo menos cinco alternativas informadas - 03 Entre três e quatro alternativas informadas - 02 Entre uma e duas alternativas informadas - 01 Não - 00 30.1 informativa
30.1 O Estado utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento dessas ocorrências?	
31. O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do sistema de segurança: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Polícia Civil Sistema Prisional Sistema de medidas socioeducativas privativas de liberdade Não possui registro	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro") - 02 Sim para um a três itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00
32. O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre crimes violentos contra a pessoa e número de inquéritos concluídos de: Homicídios Estupros Lesão Corporal Grave Tortura Não possui registro	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro") - 02 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro") - 01 Não - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
33. O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190: Tempo de espera da chamada Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial Não possui registro	Sim para todos os itens (exceto "Não possui registro")- 03 Sim para um a dois itens (exceto "Não possui registro")- 02 Não - 00
34. O Estado realiza avaliação periódica da qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados?	Sim para pergunta 34 e sim para pergunta 34.2 - 03 Sim apenas para pergunta 34 - 02 Não realiza avaliação periódica - 00
34.1 São alvo de avaliações periódicas: Polícia Militar Polícia Civil Sistema Prisional Sistema de medidas socioeducativas Corpo de Bombeiros Defesa Civil	34.1, 34.3 e 34.4 informativas
34.2 As avaliações consideram a opinião do público estratégico interessado*? Obs: *População atendida, especialistas, outras instituições públicas.	
34.3 As avaliações são feitas por institutos de pesquisa externos independentes?	
34.4 Qual a periodicidade das avaliações: a) Polícia Militar: b) Polícia Civil: c) Sistema Prisional: d) Sistema de medidas socioeducativas: e) Corpo de Bombeiros: f) Defesa Civil:	
35. O Estado pesquisa e/ou avalia periodicamente a sensação de segurança da população?	35 Sim - 1 Não - 0
35.1 Qual a periodicidade?	35.1 e 35.2 informativas
35.2 Qual o resultado da pesquisa nas últimas edições? Obs: abrangência máxima de um período de 15 anos.	
36. O Estado realiza acompanhamento periódico de todo o ciclo de atividades de Segurança Pública para crimes violentos contra a pessoa?	Sim para pergunta 36 e pelo menos uma alternativa - 02 Não - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
36.1 Indique os registros do acompanhamento: a) Registro de ocorrências versus atuação policial preventiva/ostensiva (registros de ocorrências motivaram ações de flagrante/recuperação do bem/resgate de pessoa/impedimento do crime tentado): b) Registro de flagrantes com número de prisões provisórias versus denunciadas: c) Registro de ocorrências versus abertura de inquéritos: d) Registro de ocorrências versus conclusão de inquéritos: e) Registro de ocorrências versus encaminhamento de inquéritos para o Ministério Público: f) Registro de ocorrências versus oferecimento de denúncia: g) Registro de ocorrências versus condenações: h) Registro de ocorrências versus cumprimento de sentença: i) Registro de ocorrência versus reincidência j) Outros (especifique)	
37. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas da segurança pública: a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. b) a razão entre o número de ações cujo EFIni esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,0. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFIni = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFIni onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	Calcular IAP: Somar ((A + B + C) / 3) * 100 IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
Subtotal - IX. Governança	9 quesitos
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Segurança Pública
Quesitos: 37	i-SEGP: 20/100 = 0,20 (20%)
Pontos máximos: 100	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
$i\text{-SEGP} = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$	

2.1.6. i-AMB

Objetivo

O índice de Meio Ambiente busca conferir maior clareza à realidade do Estado, trazendo indicadores com métricas estabelecidas para medir a qualidade das ações na gestão do Meio Ambiente Estadual, quanto à prestação dos serviços e a consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas relacionadas à água, ao solo, ao ar, à biodiversidade, entre outras.

Metodologia Aplicada

O **i-AMB** é construído a partir de dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Meio Ambiente e à Função Saneamento.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Meio Ambiente.

A temática foi desenvolvida em 43 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Água;
- II. Solo;
- III. Ar;
- IV. Biodiversidade;
- V. Saneamento e Resíduos;
- VI. Mudanças Climáticas;
- VII. Educação Ambiental;
- VIII. Institucional;
- IX. Governança.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Memorial de Cálculo do i-AMB

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário	
Nome completo	informativa
Cargo / Função	
Masp	
CPF	
I. Água	
1. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade das águas?	Sim - 03 Não - 00
2. O Estado adota e publica o Índice de Qualidade das Águas - IQA?	Sim para perguntas 2 e 2.1 - 02 Sim apenas para pergunta 2 - 01 Não - 00
2.1 Houve evolução no IQA em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00
3. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da quantidade das águas?	Sim - 03 Não - 00
4. O Estado adota e publica indicador de quantidade das águas?	Sim para perguntas 4 e 4.2 - 02 Sim apenas para pergunta 4 - 01
4.1 Informe o indicador:	4.1 informativa
4.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	Não - 00
5. O serviço de fornecimento de água tratada abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de distribuição de água tratada prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0
6. O Estado possui programa e/ou ação de preservação e incremento de fontes de água potável?	Sim para perguntas 6 e 6.1 - 03 Sim apenas para pergunta 6 - 02 Não - 00
6.1 Existe avaliação da eficácia desses programas ou ações?	
7. O Estado promove monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem?	Sim para perguntas 7 e 7.1 - 02 Sim apenas para pergunta 7 - 01 7.2 informativa Não - 00
7.1 Nestes casos, ações de contingenciamento e racionalização são implantadas para reduzir estes riscos?	
7.2 Informe as ações:	
8. Existe ação e/ou medida de contingenciamento e racionalização para provisão de água potável e de uso comum no Estado?	Sim para as perguntas 8 e 8.2 - 02 Sim, apenas para a pergunta 8 - 01 Não - 00
8.1 Informe as ações e medidas:	
8.2 Existe avaliação da eficácia dessas ações e medidas?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
8.3 Essas ações e medidas são direcionadas a todos os usuários (pessoa física e pessoa jurídica)?	8.1 e 8.3 informativa
9. Existe plano emergencial de ações para fornecimento à população de água potável, em caso de escassez?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - I. Água	9 quesitos
II. Solo	
10. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do solo?	Sim - 03 Não - 00
11. O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo?	Sim para 11 e 11.2 - 02
11.1 Informe o indicador	Sim para apenas a 11 - 01 Não - 00
11.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	11.1 informativa
12. O Estado possui programa e/ou ação para redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos?	Sim - 03 Não - 00
13. O Estado possui programa e/ou ação para reabilitação de áreas degradadas e contaminadas?	Sim para a 13 e 13.1 - 03 Sim para apenas 13 - 02 Não - 00
13.1 Houve evolução em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	13.2 informativa
13.2 Qual o percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - II. Solo	4 quesitos
III. Ar	
14. O Estado possui programa e/ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas?	Sim - 03 Não - 00
15. O Estado avalia a qualidade do ar por meio de indicador?	Sim para perguntas 15 e 15.2 - 02 Sim apenas para pergunta 15 - 01 Não - 00
15.1 Informe o indicador:	
15.1 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado??	15.1 informativa
16. O Estado possui programa e/ou ação de inspeção veicular e plano de controle de poluição veicular?	16 Sim - 03 Não - 00 16.1 informativa
16.1 Informe o programa:	
17. O Estado possui programa e/ou ação de inspeção sobre as emissões poluentes das indústrias?	17 Sim - 03 Não - 00 17.1 informativa
17.1 Informe o programa:	
Subtotal - III. Ar	4 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
IV. Biodiversidade	
18. O Estado possui programa e/ou ação para proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna e a biodiversidade florestal?	Sim - 03 Não - 00
19. O Estado controla suas áreas ambientalmente conservadas por meio de indicador?	Sim para perguntas 19 e 19.2 - 02 Sim apenas para pergunta 19 - 01 Não - 00
19.1 Informe o indicador:	19.1 informativa
19.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
20. O Estado tem programa ou ação direcionados à sustentabilidade de propriedades rurais?	Sim - 03 Não - 00
21. O Estado controla as propriedades rurais sustentáveis por meio de indicador?	Sim para perguntas 21 e 21.2 - 02 Sim apenas para pergunta 21 - 01 Não - 00
21.1 Informe o indicador:	21.1 e 21.3 informativas
21.2 Houve melhoria deste indicador em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
21.3 Qual percentual das propriedades rurais sustentáveis em relação ao total de propriedades rurais? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
22. O Estado possui programa e/ou ação para prevenir, de forma mais incisiva, incêndios florestais?	22 Sim - 03 Não - 00
22.1 Informe os programas:	22.1 informativa
23. No ano avaliado, quantos hectares foram atingidos por incêndios florestais?	Informativa
24. Informe o percentual de brigadas de incêndios florestais capacitadas no ano avaliado:	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00
25. O Estado possui programa e/ou ação para combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações?	Sim para perguntas 25 e 25.1 - 02 Sim apenas para pergunta 25 - 01 Não - 00
25.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	25.2 informativa
25.2 Qual percentual de cobertura terrestre das áreas susceptíveis à desertificação (ASD) em relação à área total do Estado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
26. O Estado possui programa e/ou ação para implementar a gestão sustentável de florestas, de mitigação do desmatamento, de restauração de florestas degradadas?	Sim para perguntas 26 e 26.1 - 03 Sim apenas para pergunta 26 - 02 Não - 00
26.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
27. Qual percentual da área em relação à área total do Estado de: a) Desmatamento anual: b) Cobertura vegetal nativa remanescente: c) Cobertura territorial das Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais): Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
28. O Estado possui programa e/ou ação para combater a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas?	Sim para perguntas 28 e 28.2 - 03 Sim apenas para pergunta 28 - 02 Não - 00
28.1 Informe os programas ou ações:	28.1 Informativa
28.2 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
29. O Estado possui programa e/ou ação para promover a preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica?	Sim para perguntas 29 e 29.2 - 02 Sim apenas para pergunta 29 - 01 Não - 00
29.1 Informe os programas e/ou ações:	29.1 informativa
29.2 Houve melhoria da situação comparada em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
Subtotal - IV. Biodiversidade	12 quesitos
V. Saneamento e Resíduos	
30. O Estado possui Plano Estadual de Saneamento Básico?	30 Sim - 03 Não - 00
30.1 Qual a sua periodicidade de atualização deste Plano?	30.1 Informativa
31. O serviço de coleta de esgotamento sanitário abrange qual percentual da população do Estado, com exceção da população atendida pelo serviço de coleta prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00
32. Qual o percentual de tratamento licenciado de esgotamento sanitário no Estado?	Informativa ≥80 e ≤100% ≥50% e <80% ≥20% e <50% <20
33. Qual o número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	Informativa
34. Qual o percentual da população atendida com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	≥80 e ≤100% - 03 ≥50% e <80% - 02 ≥20% e <50% - 01 <20 - 00
35. O Estado possui programa e/ou ação para promover redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso?	Sim para a 35 e 35.1 - 03 Sim para apenas 35 - 02 Não - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
35.1 Houve melhoria da situação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
Subtotal - V. Saneamento e Resíduos	6 quesitos
VI. Mudanças Climáticas	
36. O Estado possui programa e/ou ação de mitigação das mudanças climáticas? Obs: Ações para reduzir o impacto antrópico nas causas das mudanças climáticas.	Sim - 02 Não - 00
37. O Estado possui programa e/ou ação de adaptação às mudanças climáticas? Obs: Ações para se preparar para eventos climáticos externo, de forma que o dano seja o menor possível.	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - VI. Mudanças Climáticas	2 quesitos
VII. Educação Ambiental	
38. O Estado possui programa e/ou ação para promoção do uso racional de recursos em seus órgãos e entidades?	38 Sim - 03 Não - 00
38.1 Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos: a) energia: b) água: c) papel: d) copo descartável: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	38.1 e 38.2 informativas
38.2 Informe o percentual de resíduos gerados em prédios públicos destinados à reciclagem: Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
39. Na rede estadual de ensino, o Estado adota programa e/ou ação de educação ambiental?	39 Sim - 01 Não - 00 39.1 informativa
39.1 Qual percentual da rede estadual de ensino que possui programa de educação ambiental na grade curricular? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - VII. Educação Ambiental	2 quesitos
VIII. Institucional	
40. O Estado tem órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de acordo com a Lei 6.938/81?	Sim - 01 Não - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
41. O Estado possui órgão colegiado, consultivo e deliberativo, para tratar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, entre outros, para o meio ambiente?	Sim - 01 Não - 00
42. O Estado possui equipe multidisciplinar para análise dos processos de regularização ambiental?	Sim para a pergunta 42 e 42.1 - 02 Sim apenas para pergunta 42 - 01 Não - 00 42.1 e 42.2 informativa
42.1 Os servidores responsáveis pela análise recebem capacitação específica para o desempenho da função?	
42.2 Qual a carga horária anual da capacitação?	
Subtotal - VIII. Institucional	3 quesitos
IX. Governança	
43. Para o cálculo do Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP, informe sobre a execução orçamentária das ações dos programas do PPA relativos às políticas públicas do meio ambiente:	Calcular IAP: Somar $((A + B + C) / 3) * 100$
a) a razão entre o número de ações cujo EFISi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
b) a razão entre o número de ações cujo EFINi esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*.	
c) a razão entre o número de ações cujo Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária (IEEOi) esteja entre 0,7 e 1,3 e o total de ações previstas, excluídas as não-orçamentárias*. Ex: 0,7; 0,8; 1,0. Obs: EFISi = Execução físicai/Previsão física iniciali EFINi = Execução financeirai/Previsão financeira iniciali IEEOi = EFISi/EFINi onde i corresponde a cada uma das ações dos programas do PPA *total de ações que não têm execução financeira, ainda que tenham execução física.	
Subtotal - IX. Governança	1 quesito
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Quesitos: 43	i-AMB: $10/100 = 0,10$ (10%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
$i-AMB = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$	

2.1.7. i-DES

Objetivo

O índice de Desenvolvimento Econômico apresenta indicadores com métricas definidas para facilitar o entendimento das ações que dizem respeito à gestão do Desenvolvimento Econômico Estadual, ressaltando aspectos quanto às ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, como, por exemplo, o fomento do Estado às atividades produtivas, à contribuição de cada setor no resultado da economia, ao desenvolvimento regional, em cujo âmbito evidencia-se o conjunto de ativos econômicos de cada região, sua capacidade única de inovar, própria da cultura local dos empresários e trabalhadores, com suas oportunidades nos mercados globais.

O IEGE, nessa dimensão, estimula o alcance do objetivo contido no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁴ da Organização das Nações Unidas – ONU.

Metodologia Aplicada

O i-DES é construído a partir de dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; das compras públicas – fator impulsionador da economia do Estado; além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão do Desenvolvimento Econômico.

A temática foi desenvolvida em 46 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I. Desenvolvimento Econômico;
- II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado;
- III. Parcerias Estratégicas;
- IV. Trabalho e Renda;
- V. Turismo;
- VI. Inovação;
- VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- VIII. Atração de Investimentos Privados;
- IX. Economia Criativa;
- X. Economia Solidária;
- XI. Arranjos Produtivos Locais (APL);
- XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI;
- XIII. Empreendedorismo;

⁴ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28/11/2017.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

XIV. Institucional.

Memorial de Cálculo do i-DES

QUESITOS		PONTUAÇÃO
Dados do responsável pelo preenchimento do questionário		
Nome completo	informativa	
Cargo / Função		
Masp		
CPF		
I. Desenvolvimento Econômico		
1. O Estado promove políticas de desenvolvimento econômico, orientadas para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, decente e produtivo, empreendedorismo, criatividade e inovação e para incentivo à formalização e ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros? Obs: Objetivos 8 e 8.3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – ODS8 – Nações Unidas.	Sim - 03 Não - 00	
2. Para atingir níveis mais elevados de produtividade na economia, o Estado estimula a diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em produtos de alto valor agregado? Obs: Objetivo 8.2 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	
3. O Estado possui agenda para implementação de ações visando a melhoria progressiva da utilização eficiente de recursos na produção e consumo, de forma a reduzir a degradação ambiental, segundo o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis? Obs: Objetivo 8.4 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	
4. O Estado possui meta para sustentar o crescimento econômico per capita em relação ao Produto Interno Bruto – PIB? Obs: Objetivo 8.1 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim - 03 Não - 00	
5. O Estado dispõe de instrumentos para apoiar ou estimular a oferta de crédito para atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico?	5 Sim - 03 Não - 00	5.1, 5.2 e 5.3 informativas
5.1 Especifique os instrumentos utilizados:		
5.2 Qual o volume de recursos desembolsados no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.		
5.2 Qual a variação deste valor em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
6. O Estado promove a compatibilização das políticas de desenvolvimento econômico com os programas federais e municipais de desenvolvimento?	Sim - 02 Não - 00
7. O Estado adota, na rede estadual de ensino, programa e/ou ação de educação sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	7 Sim - 02 Não - 00 7.1 informativa
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular: ensino médio: ensino superior:	
8. O Estado possui critérios para avaliar e hierarquizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura?	8 Sim - 01 Não - 00
8.1 Especifique os critérios utilizados:	8.1 informativa
Subtotal - I. Políticas de Desenvolvimento Econômico	8 quesitos
II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado	
9. O Estado divide seu território em áreas ou regiões com a finalidade de potencializar o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
10. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programa para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?	Sim para as perguntas 10 e 10.1 - 03
10.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	Sim para a pergunta 10 - 02
10.2 Informe os indicadores	Não - 00
10.3 Informe as iniciativas/ações adotadas	10.2 e 10.3 Informativas
11. O Estado apoia as regiões/territórios quanto a identificação e exploração de seus principais ativos, bem como ao diagnóstico das vantagens competitivas locais?	Sim - 03 Não - 00
12. O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?	12 Sim - 03 Não - 00
12.1 Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos? a) emprego formal b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.	12.1 e 12.2 Informativas
12.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado	4 quesitos
III. Parcerias Estratégicas	
13. O Estado induz a aproximação entre os setores público e privado por meio de parcerias? Ex: universidades, instituições de pesquisa, instituições profissionalizantes, empresas privadas.	13 Sim - 02 Não - 00 13.1 informativa
13.1 Informe quais as modalidades de parcerias e os instrumentos utilizados para realizá-las.	
14. O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas e/ou ações estratégicas?	14 Sim - 02 Não - 00
14.1 Qual volume de recursos no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.	14.1 informativa
Subtotal - III. Parcerias	2 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
IV. Trabalho e Renda	
15. O Estado dispõe de política estruturada e/ou programas relativos a trabalho e renda?	Sim para as perguntas 15 e 15.1 - 03
15.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 15 - 02
15.2 Informe os indicadores:	Não - 00
15.3 Informe as iniciativas/ações adotadas:	15.2 e 15.3 informativa
Subtotal - IV. Trabalho e Renda	1 quesito
V. Turismo	
16. O Estado dispõe de política para desenvolvimento do turismo de forma sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais? Obs: Objetivo 8.9 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável – ODS8.	Sim para as perguntas 16 e 16.1 - 03 Sim apenas para a pergunta 16 - 02 Não - 00
16.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	16.2 e 16.3 Informativa
16.2 Informe os indicadores:	
16.3 Informe quais os segmentos da indústria de turismo apoiados por essa política.	
Subtotal - V. Turismo	1 quesito
VI. Inovação	
17. O Estado estimula a inovação como forma de abertura de novas perspectivas econômicas?	Sim para as perguntas 17 e 17.1 - 03
17.1 Há indicadores para avaliar o impacto com base em evolução do emprego, registro de patentes ou inclusão de novos produtos no mercado?	Sim para a pergunta 17 - 02 Não - 00
17.2 Informe os indicadores	17.2 informativa
Subtotal - VI. Inovação	1 quesito
VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	
18. O Estado aplica recursos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inclusive científica?	18 Sim - 03 Não - 00
18.1 A aplicação desses recursos está determinada em norma específica?	18.1 informativa
19. O Estado cumpre as determinações legais de investimentos em P&D?	Sim - 01 Não - 00
20. Há critérios de seleção pública para as modalidades de apoio oferecidas?	Sim - 02 Não - 00
21. O Estado oferta linhas de pesquisa para o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
22. O Estado dispõe de instrumento para integrar a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes às necessidades produtivas ou à política de desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	5 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
VIII. Atração de Investimentos Privados	
23. O Estado dispõe de mecanismos para atração de investimentos e financiamentos privados nacionais e internacionais?	Sim - 03 Não - 00
24. O Estado avalia os resultados de sua política de atração de investimentos?	24 Sim - 02
24.1 Qual volume de emprego formal e de arrecadação tributária gerado por estes investimentos?	Não - 00 24.1 e 24.2 Informativas
a) emprego formal b) arrecadação tributária Ex: a) 500. b) R\$ 500.000,00.	
24.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	
Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - VIII. Atração de Investimentos Privados	2 quesitos
IX. Economia Criativa	
25. O Estado tem política estruturada de estímulo à economia criativa?	Sim para as perguntas 25 e
25.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	25.1 - 03
25.2 Informe os indicadores:	Sim para a pergunta 25 - 02
25.3 Informe os setores apoiados por esta política:	Não - 00 25.2 e 25.3 informativa
Subtotal - IX. Economia Criativa	1 quesito
X. Economia Solidária	
26. O Estado dispõe de política relativa a fomento e incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários?	Sim para as perguntas 26 e
26.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	26.1 - 03
26.2 Informe os indicadores:	Sim para a pergunta 26 - 02
26.3 Informe as iniciativas/ações desta política:	Não - 00 26.2 e 26.3 informativa
27. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os empreendimentos econômicos solidários?	Sim - 01 Não - 0
28. O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária?	Sim - 01 Não - 0
29. O Estado realiza compras públicas diretamente da agricultura familiar?	29 e 29.1 Sim e ≥30% - 03
29.1 Qual o percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	Sim e <30% - 01 Não - 00
29.2 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado?	29.2 informativa
Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - X. Economia Solidária	4 quesitos
XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)	
30. O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos APLs com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?	Sim para as perguntas 30 e
30.1 Há indicadores para avaliação do impacto desta política?	30.1 - 3
30.2 Informe os indicadores	Sim para a pergunta 30 - 2
30.3 Especifique os principais instrumentos de incentivo	Não - 0 30.2 e 30.3 informativas

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
31. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os APLs?	Sim - 01 Não - 0
Subtotal - XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)	2 quesitos
XII. Tratamento diferenciado e favorecido MEI, ME e EPP	
32. O Estado utiliza compras públicas como instrumento de indução ao desenvolvimento econômico regional?	32 Sim - 03 Não - 00
32.1 Informe os mecanismos adotados	32.1 Informativa
33. O Estado elabora e divulga Plano Anual de Compras?	Sim - 01 Não - 00
34. O Estado possui sistema eletrônico de gestão de compras e contratações?	Sim - 01 Não - 00
35. Qual valor total de aquisições do Estado no ano avaliado? Ex: R\$ 500.000,00.	Informativa
35.1 Qual a variação em relação ao exercício anterior ao ano avaliado? Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	
36 No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade: Pregão presencial Pregão eletrônico Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.	Informativa
37. O Estado dispõe de política de apoio aos pequenos negócios (MEI, ME e EPP)?	Sim para as perguntas 37 e 37.1 - 3 Não - 0
37.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 37 - 2
37.2 Informe os indicadores	Não - 0
37.3 Informe as iniciativas e setores (CNAE) apoiados.	37.2 e 37.3 informativa
38. O Estado possui cadastro de fornecedores para identificação de seu porte (MEI, ME, EPP)?	Sim - 02 Não - 00
39. Nas aquisições públicas, o Estado observa o disposto nos artigos 42 a 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, quanto ao tratamento diferenciado aos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)?	Sim para as perguntas 39 e 39.1 - 03 Sim para a pergunta 39 - 02 Não - 00
39.1 O Estado dispõe de normas e/ou regulamentos adicionais aos previstos em âmbito federal?	
39.2 Especifique as normas e/ou regulamentos adicionais:	39.2 e 39.3 informativas
39.3 Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (MEI, ME, EPP)? MEI ME EPP Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.	
40. Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (MEI, ME e EPP)? MEI ME EPP Obs: Artigos 47 e 48, inciso I, da LC 123/2006. Ex: 0%, 10%, 20%, 30% 40%, 50%... , 100%.	Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS		PONTUAÇÃO
40.1	Qual valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições? MEI ME EPP Ex: R\$ 500.000,00.	
40.2	Do total das licitações com exclusividade para pequenos negócios, qual percentual de licitações desertas e/ou fracassadas? MEI ME EPP Ex: 10%, 20%, 50%, 100%.	
Subtotal - XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI		9 quesitos
XIII. Empreendedorismo		
41.	O Estado possui programa e/ou ação articulada com parceiros para qualificação de empresários e trabalhadores, bem como para incentivar o empreendedorismo?	41 Sim - 02 Não - 00 41.1 informativa
41.1	Especifique estes programas e/ou ações	
42.	O Estado tem política de capacitação dos empreendedores locais, inclusive os micro e pequeno empresários, para desenvolver as competências necessárias à participação no processo de compras públicas?	42 Sim - 02 Não - 00 42.1 informativa
42.1	Informe as iniciativas adotadas.	
43.	O Estado dispõe de espaço físico e/ou virtual que centraliza o atendimento necessário a empreendedores e a empresas para facilitar a gestão do negócio, da abertura ao encerramento das atividades?	Sim - 01 Não - 00
44.	O Estado dispõe de mecanismos <i>on line</i> para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?	44 Sim - 01 Não - 00
44.1	Em quais áreas? fazendária ambiental agrícola outras	44.1 informativa
Subtotal - XIII. Empreendedorismo		4 quesitos
XIV. Institucional		
45.	Existe unidade administrativa destinada à promoção do desenvolvimento econômico do Estado? Ex: Secretaria, agências de fomento ou equivalente.	Sim - 02 Não - 00
46.	Os servidores responsáveis pela área de desenvolvimento econômico do Estado recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Sim e ≥ 40 horas 02 Sim e < 40 horas 01 Não - 00
46.1	Qual a carga horária anual de capacitação?	
Subtotal - XIV. Institucional		2 quesitos
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Desenvolvimento Econômico

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
Quesitos: 46	i-DES: 10/100 – 0,10 (10%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
$i-DES = (\text{Somatório da pontuação de cada quesito})/100$	

3. CONCLUSÃO

O **IEGE**, ao mesmo tempo em que mede a ação do Estado nas sete dimensões, estimula a contínua ampliação do bem-estar dos cidadãos, pois a aferição de resultados possibilita correção de rumos a partir de, por exemplo, redução da pobreza e das desigualdades regionais; aumento da empregabilidade; desenvolvimento e diversificação da economia; estímulo à inovação; oportunidade de vida com mais saúde, mais educação e segurança; utilização sustentável dos recursos ambientais; promoção do correto planejamento estadual e gestão fiscal eficiente.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E CONCEITOS

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

1. i-PLANEJ

IAP - Índice de Avaliação do Planejamento.

IEEO - Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária.

EFin - Execução Financeira.

EFis - Execução Física.

Controle Social - Sobre o questionamento contido no item 32 – Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pela sociedade – registra-se a realidade do Estado de Minas Gerais, onde a Constituição - CE/89 estabelece que na elaboração dos instrumentos de planejamento seja assegurada a participação popular, conforme prescrito no art. 157, § 5º. No art. 158, a CE/89 prescreve ainda que a lei orçamentária assegurará investimentos prioritários ao atendimento das propostas definidas nas audiências públicas regionais. Com o objetivo de dar transparência e possibilitar o controle e avaliação das ações decorrentes da participação popular na elaboração e revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG e na execução da Lei Orçamentária Anual - LOA do Estado, foi recomendado, no parecer prévio deste TCEMG sobre as Contas Governamentais do Exercício de 2010, a identificação no PPAG das emendas parlamentares da Comissão de Participação Popular – CPP da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, resultantes dessa participação. Em atendimento, o Estado criou um Identificador de Procedência e Uso – IPU específico para segregar as referenciadas ações, que recebeu o código número 4 - Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã. O Identificador de Procedência e Uso – IPU é uma codificação contábil de classificação de despesa e identifica a origem e a utilização dos recursos, informando, dentre outros, se serão para livre utilização, se foram transferidos de outra unidade orçamentária, se objetivam oferecer contrapartida a convênios, acordos e ajustes, se voltam para o financiamento de inativos do FUNFIP, ou se, no caso, foram recebidos para atendimento de demandas de participação cidadã.

2. i-FISCAL

Benefícios Heterônomos - são os benefícios concedidos no exercício de política fiscal de caráter nacional e que transcendem o âmbito da decisão individual das unidades federadas.

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

ITCD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA - Lei Orçamentária Anual.

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

MPS - Ministério da Previdência Social.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

PPA - Plano Plurianual.

Regra de Ouro - A Constituição Federal de 1988, no art. 167, inciso III, estabelece que a realização de operações de crédito não pode exceder as despesas de capital, ressalvadas as provenientes de créditos adicionais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Esse procedimento, conhecido como “regra de ouro”, objetiva inibir, em uma análise global, que haja aumento de endividamento para financiar despesa corrente.

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social.

STN - Secretária do Tesouro Nacional.

3. i-EDUC

EF - Ensino Fundamental.

EJA – Ensino de Jovens e Adultos.

EM - Ensino Médio.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

4. i-SAÚDE

Autóctone: que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta.

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial, é um serviço de saúde aberto e comunitário do SUS, local de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e persistentes e demais quadros que justifiquem sua permanência num dispositivo de atenção diária, personalizado e promotor da vida.

Casos notificados: é a comunicação oficial, à autoridade sanitária competente, da ocorrência de determinada doença.

Casos confirmados: é todo caso de suspeita de doença confirmado laboratorialmente.

Células-tronco: são células que ainda não têm uma especialização, podendo originar tecidos em laboratório ou ainda substituir órgãos e células para tratar uma grande variedade de patologias e distúrbios humanos.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Citopatológico: é referente ao estudo das doenças a partir de observação ao microscópio de células obtidas por esfregaços, aspirações, raspados, centrifugação de líquidos e outros métodos.

Congênita: é uma característica adquirida pelo bebê no período de tempo no qual permaneceu em gestação. Normalmente, designa defeitos no desenvolvimento do embrião, chamados então de defeitos congênitos. É uma característica atribuída a eventos pré-natais, não necessariamente genéticos ou hereditários.

Coorte: é um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu no mesmo período; exemplo: coorte de pessoas que nasceram entre 1960 e 1970; coorte de mulheres casadas entre 1990 e 2000; coorte de vítimas do terremoto do Haiti.

Imunobiológico: são medicamentos que contêm uma ou mais substâncias antigênicas que, quando inoculadas, são capazes de induzir imunidade específica ativa a fim de proteger contra, reduzir a severidade ou combater a(s) doença(s) causada(s) pelo agente que originou o(s) antígeno(s).

Letalidade: é o maior ou menor poder que uma doença tem de provocar a morte das pessoas. Obtém-se a letalidade calculando-se a relação entre o número de óbitos resultantes de determinada causa e o número de pessoas que foram realmente acometidas pela doença, com o resultado expresso em percentual.

Matriciamento: é o suporte realizado por profissionais e diversas áreas especializadas dado a uma equipe interdisciplinar com o intuito de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações.

Morbidade: refere-se ao conjunto dos indivíduos que adquiriram doenças num dado intervalo de tempo, é o comportamento das doenças e dos agravos à saúde em uma população exposta.

Proporção de redução/evolução de casos notificados e confirmados em relação ao ano anterior: a proporção será calculada utilizando-se a relação entre o número de casos no ano avaliado/o número de casos no ano anterior.

SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um serviço de atendimento às urgências e emergências pré hospitalares.

Calendário Nacional de Vacinação⁵:

⁵Fonte: Ministério da Saúde, disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/jpg/2018/janeiro/30/calendariovacinal-2018.jpg>, Acesso em: 02/04/2018.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Calendário Nacional de Vacinação 2018

Grupo Etário	Idade	BCG	Hepatite B	Penta/DTP	VIP/VOP	Pneumocócica 10V (conjugada)*	Rotavírus Humano	Meningocócica C (conjugada)*	Febre Amarela **	Hepatite A****	Tríplice Viral	Tetra viral*****	Varicela**	HPV*****	Dupla Adulto	dTpa*****
Crianças	Ao nascer	Dose única	Dose ao nascer													
	2 meses			1ª dose	1ª dose (com VIP)	1ª dose	1ª dose									
	3 meses							1ª dose								
	4 meses			2ª dose	2ª dose (com VIP)	2ª dose	2ª dose									
	5 meses							2ª dose								
	6 meses			3ª dose	3ª dose (com VIP)											
	9 meses								***Dose única							
	12 meses					Reforço		Reforço			1ª dose					
	15 meses			1º reforço (com DTP)	1º reforço (com VOP)					Uma dose		Uma dose				
	4 anos			2º reforço (com DTP)	2º reforço (com VOP)								Uma dose			
Adolescente	9 anos															
	10 a 19 anos		3 doses (verificar a situação vacinal)					01 reforço ou dose única (verificar a situação vacinal - 11 a 14 anos)	Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)		2 doses (verificar a situação vacinal)			2 doses (meninas de 9 a 14 anos) 2 doses (meninos de 11 a 14 anos)	Reforço a cada 10 anos	
Adulto	20 a 59 anos		3 doses (verificar a situação vacinal)						Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)		2 doses (20 a 29 anos) 1 dose (30 a 49 anos)				Reforço a cada 10 anos	
Idoso	60 anos ou mais		3 doses (verificar a situação vacinal)						Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)						Reforço a cada 10 anos	
Gestante			3 doses (verificar a situação vacinal)												3 doses (verificar a situação vacinal)	Uma dose a cada gestação a partir da 20ª semana

Nota: *Administrar Uma dose da vacina Pneumocócica 10V (conjugada) e da vacina Meningocócica C (conjugada) em crianças entre 2 e 4 anos, que não tenham recebido o reforço ou que tenham perdido a oportunidade de se vacinar anteriormente.

** Indicação às pessoas residentes ou viajantes para as áreas com recomendação de vacina. Atentar às precauções e contraindicações para vacinação.

***Indicação para os residentes dos municípios das áreas ampliadas para vacinação que anteriormente eram áreas SEM recomendação para vacinação dos estados de SP, RJ, PR, SC, RS, BA e PI.

****Administrar uma dose da vacina hepatite A, em crianças entre 2 e 4 anos, que tenham perdido a oportunidade de se vacinar anteriormente.

*****A vacina tetra viral corresponde à segunda dose da tríplice viral e à dose da vacina varicela. Esta vacina está disponível para crianças até 4 anos 11 meses e 29 dias não oportunamente vacinadas aos 15 meses.

*****C corresponde à segunda dose da vacina varicela. Esta vacina está disponível para crianças até 6 anos 11 meses e 29 dias.

*****A vacina HPV também está disponível para as mulheres e homens de nove a 26 anos de idade vivendo com HIV/AIDS, transplantados de órgãos sólidos, de medula óssea ou pacientes oncológicos, sendo o esquema vacinal de três doses (0, 2 e 6 meses).

*****Gestantes que perderam a oportunidade de serem vacinadas durante o período gestacional, administrar Uma dose de dTpa no puerpério, o mais precocemente possível. A vacina dTpa também será ofertada para profissionais de saúde que atuam em maternidade e em unidade de internação neonatal (UTI/UCI convencional e UCI canguru) atendendo recém-nascidos e crianças menores de 1 ano de idade.

5. i-SEGP

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União - S2ID: contém os planos de contingência, de resposta e recuperação e informações relevantes sobre desastres. É um Sistema de fácil consulta para o cidadão, organizado em uma ferramenta geo que permitirá aos gestores públicos e aos pesquisadores desenvolver o conhecimento na gestão de riscos e de desastres.

Sistema Automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system): novo documento reunirá todos os documentos pessoais necessários para a vida civil -

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), PIS, PASEP e passaporte - serão cadastrados pelo Sistema por meio de impressão digital e estarão reunidos em uma única carteira.

6. i-AMB

ASD - Área Susceptível à Desertificação.

IQA - Índice de Qualidade das Águas.

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente.

7. i-DES

APL - Arranjos Produtivos Locais.

CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Empresariais.

EPP- Empresa de Pequeno Porte.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

ME - Microempresa.

MEI - Microempresário Individual.

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.

PIB - Produto Interno Bruto.

PIB per capita - Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes.